

A EVOLUÇÃO PSICOLÓGICA DA CRIANÇA

Henri Wallon



PSICOLOGIA

PSIC
BIBLIOTECA 70

edições 70

21
5eP

Henri Wallon

A EVOLUÇÃO PSICOLÓGICA DA CRIANÇA

Título original:
L'Évolution Psychologique de L'Enfant

© Armand Colin éditeur, 1995

Tradução: Cristina Carvalho

Capa de José Manuel Reis

Depósito Legal n.º 225382/05

Impressão, paginação e acabamento:
CASAGRAF

para
EDIÇÕES 70, LDA.
Abril de 2005

ISBN: 972-44-1232-6

Todos os direitos reservados para língua portuguesa
por Edições 70

EDIÇÕES 70, LDA.
Rua Luciano Cordeiro, 123 - 2.º Esq.º - 1069-157 LISBOA / Portugal
Telef.: 213 190 240
Fax: 213 190 249
E-mail: edi.70@mail.telepac.pt

www.edicoes70.pt

Esta obra está protegida pela lei. Não pode ser reproduzida no todo ou em parte, qualquer que seja o modo utilizado, incluindo fotocópia e xerocópia, sem prévia autorização do Editor. Qualquer transgressão à Lei dos Direitos do Autor será passível de procedimento judicial.



Edições 70

O ACTO MOTOR

Entre os meios que o ser vivo dispõe para actuar sobre o meio, o movimento é aquele que deve aos progressos da sua organização no reino animal e no homem uma tal eficácia e preponderância que os seus efeitos puderam ser considerados pelos behaviouristas como o objecto exclusivo da Psicologia. Mas esta própria limitação impõe que se atribua ao movimento significados extremamente diversos. Seria, de facto, ridículo limitar o significado da linguagem, por exemplo, ao simples fenómeno da fonação, não fazendo uma distinção entre os gestos, ainda que exteriormente semelhantes, segundo as situações que os motivam e o tipo de resultados para que tendem. Sujeito às contracções musculares que o produzem ou às consequências deslocações no espaço, o movimento não é, de facto, mais que uma abstracção fisiológica ou mecânica. O psicólogo não o poderia dissociar dos conjuntos que correspondem ao acto de que ele é o instrumento.

Através do movimento, o acto insere-se no instante presente. Mas pode, pelas suas condições e objectivos, pertencer apenas ao meio ambiente concreto: é o acto motor propriamente dito; ou tender para fins actualmente irrealizáveis ou pressupor meios que não dependem nem das circunstâncias brutas nem das capacidades motoras do sujeito: de imediatamente eficiente, o movimento torna-se então técnico ou simbólico e refere-se ao plano da representação e do conhecimento.

Esta passagem só parece produzir-se na espécie humana. Quando se produz na criança, provoca uma brusca diferença entre as suas aptidões e as dos animais mais próximos do homem. O próprio movimento apresenta uma dupla progressão: uma respeitante à sua agilidade, frequentemente notável no animal; a outra relativa ao nível da acção que o utiliza. Entre as duas séries há, aliás, zonas em que a distinção não é fácil: por exemplo, a adaptação das estruturas motoras às estruturas do mundo exterior está ligada ao exercício de centros nervosos que asseguram a regulação fisiológica do movimento, mas ela tem como segunda condição a imagem do objecto e esta pode pertencer a níveis mais ou menos elevados da representação perceptiva ou intelectual.

*

O movimento começa já na vida fetal. Na ontogénese, com efeito, as funções começam a esboçar-se com o desenvolvimento dos tecidos e dos órgãos correspondentes, antes de se poderem justificar pelo uso. É por altura do quarto mês de gravidez que a mãe começa a sentir as primeiras deslocações activas da criança. Em fetos de idades diferentes mantidos com vida o mais tempo possível, Minkowsky procurou averiguar quais eram as etapas sucessivas da motilidade pré-natal. Apesar de se alterar no momento em que se extingue a vitalidade, ele pôde reconhecer que ela é constituída por sistemas mais ou menos extensos de gestos e de atitudes, mas susceptíveis, perante a mesma excitação, de intermitências e de variações. O seu determinismo é, pois, inconstante, o que sem dúvida se explica pela falta de acabamento das estruturas anatómicas e funcionais. O circuito em que se propaga o estímulo não possui ainda contornos firmes e deixa-o facilmente diluir-se noutros, também insuficientemente diferenciados. A reacção, ao mesmo tempo, apesar de demasiado extensiva, mantém características parciais, por falta de coordenação entre os diferentes domínios ou sistemas do organismo, o qual não é também mais que um conjunto sem coesão.

A variabilidade que daí resulta está no oposto que se observará numa organização mais complexa e mais completa do sistema

nervoso. Aqui, ela tem qualquer coisa de fortuito ou, pelo menos, reflecte flutuações muito gerais nas disposições orgânicas; é, pelo contrário, apropriada à diversidade das circunstâncias e das necessidades, quando a integração mútua dos domínios e dos sistemas funcionais torna possível um acordo selectivo entre uma excitação, seja qual for a sua origem, os apetites mais variados e as reacções mais polimorfas.

No nascimento persistem, em resposta a estímulos determinados, sistemas definidos de gestos e de atitudes. São em especial os reflexos cervicais e os reflexos labirínticos de Magnus e Kleijn que são provocados, estes pela excitação vestibular resultante de um rápido deslocamento do corpo numa determinada direcção do espaço, aqueles pela movimentação das primeiras vértebras cervicais. Uns e outros consistem em certas relações de posição entre a cabeça e os membros. Ainda aqui, como anteriormente no feto, o efeito não segue sempre a excitação apropriada, mas por uma razão inversa. Ele obtém-se com muito maior certeza se se tratar de uma criança prematura ou se houver uma destruição de certas conexões nervosas em consequência, por exemplo, de um traumatismo obstétrico. A causa da sua inconstância será então, pois, a sua eventual suspensão por centros inibidores, em relação aos quais ainda não é completa a sua subordinação, mesmo num recém-nascido normal. A intermitência de uma reacção pode assim depender quer da relativa falta de acabamento e da persistente indeterminação do circuito correspondente, quer, pelo contrário, da sua integração já iniciada num sistema mais evoluído de movimentos.

As gesticulações espontâneas do recém-nascido foram comparadas ora a substituições súbitas e irregulares de atitude entre elas, ora a automatismos ou fragmentos de automatismos, que funcionariam como mais tarde o exigirá a função plenamente realizada. De facto, as actividades musculares estão ainda mal delimitadas. A tetanização rápida do músculo pela excitação eléctrica fez com que se comparasse a sua contracção à da fadiga, aproximando-a igualmente da câibra ou do espasmo. Quer dizer que há pouco intervalo entre o abalo clónico e a contracção, porque

ainda é muito fácil a fusão entre estas duas actividades fundamentais do músculo: encolhimento e tónus, movimento propriamente dito e postura. Aliás, passar-se-ão semanas e meses antes que as condições do exercício plenamente eficaz e diferenciado de cada uma delas se possam realizar.

Para o músculo, com efeito, converge a acção alternante ou combinada de diversos centros. A sua estrutura não bastaria para explicar os efeitos contrácteis de que ele é a sede. Segundo Bottazi, os seus dois elementos constituintes, as miofibrilas e o sarcoplasma, seriam instrumento, uns da actividade clónica, os outros do tónus; assim se explicaria a diferença funcional por uma diferença de órgãos. Mas o tónus está longe de ser simples. Registadas pelo oscilógrafo, as correntes de acção que lhe correspondem têm um ritmo muito variável; o seu papel no mecanismo motor é diverso; enfim, a Patologia mostra que ele se associa em diferentes formas de contracção, conforme o nível das lesões que isolam os seus centros reguladores. Assim sendo, ele é sempre o resultado, modificável segundo os casos e as necessidades, de influxos de múltiplas origens.

Na criança, é apenas por etapas sucessivas que esta função complexa do tónus atinge o seu acabamento total. Os centros nervosos de que depende não alcançam a maturação todos ao mesmo tempo. O seu equilíbrio funcional muda com a idade. Podem mesmo persistir diferenças de indivíduo para indivíduo. Daqui resultam tipos motores e também tipos psicomotores diferentes, sendo estreitas as relações entre as manifestações do tónus e o psiquismo, relações estabelecidas por intermédio do equilíbrio, das atitudes e em consequência das estreitas conexões que existem no meio cerebral entre os centros da sensibilidade afectiva e os dos diferentes automatismos em que as funções de postura desempenham um papel considerável. Foi assim que pude distinguir um tipo extrapiramidal inferior, um tipo médio e um tipo superior.

Não é apenas a natureza mas também a distribuição periférica do tónus que se modifica ao longo da infância. Homburger conseguiu descrever um tipo motor infantil em indivíduos que

conservam, para além da idade normal, certas posturas habituais. Os membros inferiores do recém-nascido são arqueados e os pés têm tendência para se colocarem em forma de tesoura. Os antebraços estão curvados. As palmas das mãos estão viradas para o queixo e não para o tórax; mais tarde, quando os antebraços se estendem, viram-se para trás e não para o eixo do corpo. A extensão dorsal do dedo grande do pé, normal nos primeiros meses, tem a especial característica de ser assimilável a um reflexo descrito por Babinski como patológico no adulto. Com efeito, uma lesão que interrompe a continuidade do feixe piramidal, por onde são transmitidas à medula as incitações motoras do córtex cerebral, provoca uma inversão na posição reflexa que toma o dedo grande quando se toca o bordo exterior do pé: ele levanta-se, em vez de se curvar para a planta do pé, como seria normal.

Na criança, a extensão dá lugar à flexão por volta dos 7 ou 8 meses, quando a mielinização do feixe piramidal, que progride de cima para baixo, lhe permite conduzir as incitações do córtex até aos centros medulares dos membros inferiores. Isto é um exemplo claro da transformação que a integração dos centros nervosos noutros pode provocar nas reacções periféricas. Aliás, a transformação apresenta muitas vezes alternativas sucessivas: durante algumas horas ou mesmo dois ou três dias depois do nascimento, a posição que toma o dedo grande do pé é a flexão; a intervenção das incitações piramidais não faz mais do que restabelecer a reacção inicial. Deste modo, o mesmo efeito periférico pode corresponder, conforme o estágio de desenvolvimento em que se produz, a condições diferentes.

O estudo dos movimentos propriamente ditos permite esta verificação. Não há nenhuma razão, por exemplo, para ver na pedalagem do recém-nascido o gesto já constituído da marcha, pois este só aparecerá ao fim de longos meses, durante os quais entrarão sucessivamente em jogo novos centros nervosos, ao mesmo tempo que se modificará visivelmente a agitação dos membros inferiores. De resto, como se poderia isolar qualquer dos automatismos elementares, nos quais se decomporia a marcha, do seu equilíbrio total, em que a sua fusão é permanente e cuja

manutenção pressupõe a mais estrita integração das actividades musculares nos seus órgãos reguladores?

O mesmo se poderá dizer quanto às mãos. Quando elas se crispam no objecto que toca a palma da mão, não existe ainda preensão mas, quando muito, reflexo de agarrar. O gesto do pé à procura de um contacto, de um suporte, quando o outro acabou de poisar, é mais gesto de subir do que de andar. De um acto para outro que vem mais tarde, transmitem-se certamente movimentos, mas transformados, na medida em que se integram noutros sistemas e obedecem a outras necessidades.

É frequente assistir ao conflito de sistemas sucessivos. Agitando-se na banheira, a criança vê a esponja; afastar-se a princípio, só é capaz de repetir os mesmos gestos; depois, consegue orientar o movimento do braço na direcção da esponja, mas mantendo o punho cerrado, e afasta-a ainda mais de si. Só mais tarde conseguirá estender a mão aberta e fechá-la na esponja. A redução dos obstáculos que estes movimentos provocam exige o aparecimento de uma fórmula nova, que não é a simples adição de elementos primitivamente distintos.

Os exercícios que precedem o andar oferecem um exemplo semelhante. Certamente que é lícito reconhecer, na sequência das recuperações de que a criança se vai tornando cada vez mais capaz, o aparecimento de aptidões indispensáveis ao andar. Mas elas não são, como já dissemos, os fragmentos já constituídos da locomoção bípede e vertical. Pertencem a sistemas actuais de comportamento no espaço, ou mesmo de locomoção, que poderão um dia entrar em oposição com o andar, como acontece com aquelas crianças que têm de ser impedidas de andar de gatas para lhes fazer sentir a necessidade de se porem de pé. Um movimento não se constrói como um edifício de partes edificadas cada uma segundo um plano; ele deve substituir o seu próprio plano pelo das actividades anteriores.

A tendência comum é de considerar o conjunto muscular como primitivamente composto de elementos simples cujas diversas combinações dariam toda a série dos movimentos. Mas se há efectivamente centros cuja excitação permite fazer contrair, por pequenas

parcelas, todo o aparelho muscular, são os centros mais elevados, os centros do córtex cerebral, ou seja, os últimos a desenvolverem-se na série animal, que funcionam em último lugar no indivíduo. Antes deles, entram em jogo os centros que ordenam conjuntos mais ou menos extensos de atitudes e de gestos, aquilo a que se chama, um pouco confusamente, os automatismos naturais. A circunvolução motora do córtex onde se projectam distintamente as diferentes regiões do aparelho muscular é, sem dúvida alguma, um instrumento de análise dos movimentos. Esta análise exige, no entanto, uma vigilante aprendizagem; é uma operação secundária, de certo modo, artificial. Se se produz uma ruptura patológica entre a circunvolução motora e os centros subjacentes, o indivíduo encontra-se perante verdadeiros blocos de contrações musculares que já não sabe limitar nem controlar.

Também a criança tem a princípio bastante dificuldade para coordenar os gestos. Os primeiros que aparecem são os mais difusos e os mais maciços. Precisar-se-á de muito tempo para conseguir dissociá-los em sistemas mais particulares e mais capazes de se adaptarem à diversidade das coisas e das circunstâncias. Em presença de uma nova tarefa, ela tem que lutar contra *sincínésias*, ou seja, contra o grupo motor a que pertence o movimento oportuno e que muitas vezes o torna pesado, impreciso e o paralisa. Dissolver uma sincínésia é, no adulto e em parte na criança, uma questão de exercício, mas que acompanha e não poderia antecipar a maturação funcional.

Os primeiros gestos são bilaterais; só ao fim de várias semanas depois do nascimento se verificam gestos unilaterais (Bergeron): o controlo que a criança pode exercer sobre os seus movimentos, quer dizer, o poder de os inibir, seleccionar, modificar, ou seja, uma progressão regional, que demonstra bem a sua dependência em relação à evolução fisiológica.

Este controlo começa a exercer-se na região superior do corpo e na parte próxima dos membros; só mais tarde se manifesta em baixo e nas extremidades distais (Shirley). A acção do feixe piramidal só se pode efectivamente fazer sentir depois do acabamento da sua mielinização, que vai do corpo celular para a periferia, e que é mais curta nos tractos curtos e mais longa nos tractos longos. Tournay

demonstrou, por outro lado, que ela é, nos destros, algumas semanas mais precoce à direita do que à esquerda.

Uma outra delimitação dos movimentos, sem a qual eles não teriam nenhuma precisão, é a que consiste, sempre que se executam, numa exacta repartição do próprio movimento e das atitudes correspondentes. Estas atitudes são de duas espécies. Uma dependem da contração tónica que acompanha a deslocação do membro em movimento, que apoia as suas sucessivas posições, sem a qual ele não teria continuidade nem resistência. Pode acontecer que, parando bruscamente o movimento, a atitude do corpo se mantenha por si, ou que seja a única que subsista, entrando o movimento, como acontece nos estados catatónicos e em certas manifestações de surpresa. Ela não existe, contudo, nos movimentos da criança pequena, que são lançados no espaço e caem tão logo se esgote o primeiro impulso. Inversamente, A. Colin mostrou tendências para a catatonía no bebé. As duas funções, tónica e clónica, não estão ainda integradas uma na outra.

Uma segunda espécie de atitudes resulta das contrações tónicas que se produzem a propósito de cada movimento nas partes do corpo que não estão em movimento. Como são inexistentes na criança pequena, esta é arrastada por cada um dos seus gestos. Incapaz de se imobilizar, tem de ser amparada para não cair. Esta falta de aptidão dura muito tempo. A imobilização das regiões aparentemente inactivas é, na realidade, uma acção extremamente complexa. Toda a parte do corpo que se desloca tende a deslocar o seu centro de gravidade. Para evitar a perda de equilíbrio, tem que se produzir uma resistência, que é precisamente uma contração compensadora nas partes restantes e de preferência para o eixo do corpo, ao longo do ráquis, nos músculos que o sustentam e cuja função preponderante é tónica: estes são, essencialmente, os músculos do equilíbrio.

A resistência deve variar não só com a amplitude e envergadura do gesto mas também com as resistências que ele próprio pode encontrar no espaço. O ajustamento de uma às outras torna-se evidente quando estas cedem bruscamente pelo

desequilíbrio resultante, o que é muito frequente na criança por esta ser menos capaz de um reajustamento rápido.

A dificuldade é ainda maior quando, em vez de se poder imobilizar, é todo o corpo que está em movimento. Então as contrações compensadoras de cada deslocação parcial têm que se combinar com o impulso do conjunto, de modo a fundirem-se nele harmoniosamente, numa espécie de equilíbrio fluido e progressivo. É o que se produz no andar e nas acções que dele derivam: corrida, dança, salto, etc.. A menos que haja uma estrita sinergia entre as compensações tónicas e a sucessão contínua dos gestos, surgem obstáculos capazes de entravar completamente o andar. Assim, na embriaguez, o peso da perna que se levanta arrasta o corpo para o seu lado e a alternância deste desequilíbrio provoca o andar aos bordos. A criança pequena apresenta efeitos semelhantes: o seu andar é aos esses, porque é arrastado pelo peso do corpo lançado para a frente. «Ela corre atrás do seu centro de gravidade.» Por não saber ainda manter o equilíbrio através das contrações apropriadas, só consegue muitas vezes parar apoiando-se num obstáculo. Só consegue evitar cair ou andar em ziguezague afastando as pernas, de modo a alargar a sua base de sustentação.

O acordo das reacções posturais e do movimento traduz-se ainda nas operações que exigem precisão e firmeza, na gradual substituição da atitude pelo gesto. Se se trata de agarrar ou manipular um pequeno objecto, as grandes deslocações do corpo e dos membros vão-se a pouco e pouco reduzindo só à agitação dos dedos. Mas a imobilização das outras partes não é neutra; a cada instante tem que fornecer o suporte flexível ou rígido, fixo ou plástico, que exige cada etapa da manipulação. Durante muito tempo falta à criança esta capacidade. Os seus movimentos ultrapassam o objectivo, estão sujeitos a oscilações demasiado amplas, por causa da sua impotência física para localizar o gesto, fixando as partes do corpo que lhe devem dar um ponto de apoio. A sua mão plana primeiro sobre o objecto, depois lança-se toda aberta sobre ele e por fim aperta-o maciçamente.

Todas estas insuficiências de ajustamento entre as acções clónicas e tónicas são manifestações de assimergia. Elas pertencem

à patologia do cerebelo e, na criança, ao atraso da sua maturação. Este atraso pode em certos casos ultrapassar a idade normal e até prolongar-se em debilidade durável da função. Por isso, foi possível descrever um tipo motor assínrgico, que não deixa de ter efeitos psicológicos.

Um movimento qualquer não pode ser distinguido da sua projecção no espaço. A sua orientação pertence à sua estrutura. Existe um espaço motor, que aliás, contrariamente à opinião comum, não é ainda o espaço representado nem o espaço conceptual, que une diferentes níveis funcionais, tornando-os uma realidade imutável, necessária, que se impõe por si mesma. Não tem cabimento opor o movimento a um meio em que teria de encontrar secundariamente as suas determinações locais. Pela sua própria existência, o movimento implica o meio em que se deve desenvolver. Não se torna apalpador de um momento para o outro, pois lhe é necessária experiência. Necessita, indubitavelmente, de ser guiada, mas só o pode ser depois de transporto um certo limiar funcional. Tournay demonstrou que antes de uma data que lhe parece corresponder à entrada em função do feixe piramidal, a mão da criança atravessa o seu campo visual sem lhe despertar o mais pequeno interesse. Uma vez realizada a junção entre o campo visual e o campo motor, o olho segue a mão e depois guia-a.

Vão igualmente surgindo por etapas sucessivas outros acordes mais complexos entre o movimento e os seus objectivos, tal como a sua adaptação à estrutura e ao uso dos objectos, que não é o simples resultado de tentativas fortuitas ou experimentais. Podendo uma lesão de determinados centros nervosos aboli-la no adulto, ela exige, evidentemente, na criança, a possibilidade de os utilizar, de os ordenar, e daí a sua maturação funcional. O mesmo se aplica à capacidade de fazer surgir do campo perceptivo-motor as soluções que permitam contornar o obstáculo ou remediar a insuficiência das forças naturais através da utilização de um instrumento. Ela apresenta graus muito diferentes segundo as espécies animais e, na mesma espécie, de um indivíduo para outro.

A estas actividades correspondem diferentes níveis de

organização funcional, são um facto de evolução. Por muito necessária que seja, a aprendizagem por si só não é suficiente. Estas actividades são, de resto, actos completos, condutas que têm um objectivo próprio e a escolha dos meios. A parte das circunstâncias que suportam e que podem constelar aumenta com a sua complexidade. O seu estudo pressupõe o das motivações de que dependem.

*

Os impulsos são os actos de nível mais baixo, em que as motivações são mínimas. Parecem descargas motoras actuando por si mesmas. O seu grau de simplicidade ou de complexidade depende dos sistemas que a evolução natural ou o uso foram tornando habituais. No adulto, podem ser compostos por operações automáticas que se entrelaçam umas nas outras. Na criança, não entram ainda em jogo mais que simples ejaculações motoras e vocais ou reacções que se assemelham aos gestos espontâneos de agressão, de predação alimentar ou outra, e de defesa. Em todos os casos, o motivo é insignificante. Elas são como que o efeito de uma auto-activação, de uma incontinência, de uma fuga aos controlos habituais do comportamento. Estes controlos, ainda débeis e com falta de organização na criança, podem ser desorganizados no adulto por vicissitudes íntimas ou fisiológicas. E passa a tempestade, sem deixar mais motivos para a actividade subsequente do que a actividade anterior lhe fornecia.

As primeiras motivações parecem provir de um efeito sensorial de que a criança parece de repente aperceber-se e que procura reproduzir. Por exemplo, passando a mão no seu campo visual, chega a altura em que a imobiliza diante dos olhos, afasta-a e volta a aproximá-la, e depois aprende a agita-la de modos diferentes, ávida de conhecer os seus aspectos e deslocacões. A sensação só é retida, discriminada, identificada, no momento em que a criança se torna capaz de a reproduzir através de gestos apropriados. De contrário, permanece indistinta entre as impressões indistintas, onde se confunde o que depende da excitação e o que depende da reacção reflexa. Assim se combinam

reações circulares em que a sensação suscita o gesto capaz de a fazer durar ou reproduzir, enquanto o gesto se deve adaptar a ela para a tornar reconhecível e depois para a diversificar metodicamente. Este ajustamento preciso do gesto ao seu efeito instaura entre o movimento e as impressões exteriores, entre as sensibilidade propriceptivas e exteroceptivas, sistemas de relações que as diferenciam e opõem na mesma medida em que as combinam em séries minuciosamente unidas.

As consequências deste exercício mútuo são consideráveis. Há, em primeiro lugar, a formação de materiais sensório-motores que tornarão possível ultrapassar as actividades brutas dos aparelhos motor e sensorial. O olho e a mão passarão a estar estreitamente associados para a exploração e manejo das coisas ambientes. Mas o exemplo mais notório é sem dúvida o das séries auditivas e vocais que a criança passa longos momentos a constituir com os seus gorjeios. O som que produziu mais ou menos fortuitamente é repetido, afinado, modificado e acaba por se desenvolver em longas seqüências de fonemas em que as leis e as alegrias do ouvido se vão tornando cada vez mais reconhecíveis na formação dos sons.

No entanto, a preponderância inicial das incitações motoras revela-se através das etapas por que passa o gorjeio. Vão entrando sucessivamente em cena os sons que podem ser produzidos pelos lábios, cujos movimentos estão já desde o nascimento tão bem regulados pela mamada; os que dão o máximo de impressões musculares às partes móveis da cavidade bucal quando roçam o véu do palato, quer dizer, os guturais (Ronjat); os que são o efeito dos movimentos da língua contra o palato ou o lambdacismo; depois, das suas pressões contra as gengivas sob a influência, segundo crê P. Guillaume, da irritação causada pelo crescimento dental. Ao mesmo tempo, as vocalizações vão-se tornando cada vez mais variadas e muitas vezes delicadas, atingindo por vezes a mais perfeita vocalização nas consoantes.

A riqueza deste material fonético corresponderia ao material de todas as línguas faladas e ultrapassá-lo-ia indubitavelmente

(Grammont, Ronjat). A língua materna da criança só terá, portanto, que ir aí beber segundo as suas necessidades. Mas antes que a criança possa agrupar os fonemas em palavras, a fina individualização dos sons resultantes destas trocas sensitivo-motoras torna-a capaz de discernir as subtilezas das diferenças a que as palavras devem a sua estrutura e a sua fisionomia, aumentando o seu interesse à medida que se torna capaz de lhes dar um significado. Assim, o que dimanava em primeiro lugar do movimento dá os primeiros resultados na percepção.

Uma outra consequência da conjugação entre efeitos sensoriais e movimentos é a união dos diferentes campos sensoriais. O movimento constitui o seu denominador comum, podendo as transformações que produz ser perceptíveis simultaneamente em vários campos sensoriais. Para que esta simultaneidade seja reconhecida, é certamente necessário um certo grau de maturação funcional. Gordon Holmes mostrou, com efeito, que a simultaneidade desaparece em consequência de certas lesões cerebrais. Na criança, é ao movimento que se devem os efeitos correlativamente registados nos diferentes sentidos. Ele constitui um meio novo de coordenação no mundo das impressões, permitindo agrupar as que são relativas a uma mesma presença, a uma mesma existência, a um mesmo objecto, seguir o que se desloca de um campo sensorial para outro, antecipar uma impressão a outra, enfim, substituir a permanência da causa ao polimorfismo e à fugacidade das impressões.

O progressivo reconhecimento das coisas segundo as etapas do movimento pode ser ilustrado pela sucessão dos três espaços nos quais W. Stern inscrevia a descoberta do mundo pela criança. Em primeiro lugar, o espaço bucal: é à boca que o bebé leva todos os objectos, não para comer, mas por ser o único local do corpo em que a concordância exacta dos movimentos e das sensações, exigida desde o nascimento pela sucção, permite igualmente apreciar um contorno, um volume, uma resistência, tudo isso ainda evidentemente confuso e confundido com outras qualidades eventuais, tais como a temperatura ou o gosto.

Assim que surge o momento em que os seus gestos já não são

pura e simplesmente lançados no espaço e em que as mãos podem seguir uma direcção, agarrar, coordenar-se, a criança entra na posse do espaço próximo. Mas é só quando é capaz de autolocomoção que o seu espaço deixa de ser uma simples colecção de meios ambientes sucessivos. Porque a sua continuidade, a sua fusão, a sua redução a uma mesma extensão em que os objectos estão distribuídos segundo escalonamentos variáveis, são uma operação irrealizável enquanto ela não pode, pelos seus próprios movimentos, reduzir as distâncias, transmutar entre elas as diferentes áreas da sua vida familiar, aventurar-se no desconhecido e reduzir tudo, enfim, à medida dos seus passos actuais ou eventuais.

Estes resultados não são, evidentemente, o produto automático de actividades ou de combinações sensório-motoras. Pelo contrário, estas actividades, entregues a si mesmas, giram sobre si mesmas, como acontece com uma certa categoria de idiotas que se encerram definitivamente no ciclo dos mesmos exercícios, em que aliás podem atingir a mais vã das perfeições. Estas ocupações estereotipadas não deixam, porém, de ter uma certa relação com a aquisição dos hábitos. O gosto pela repetição, o prazer dos actos ou das coisas reencontradas, são manifestos na criança pequena. A eles deve a sua indispensável perseverança de aprendizagem. Deste modo, durante longos momentos, a criança é monopolizada por operações puramente lúdicas. Enquanto a matéria e os meios permanecerem os mesmos, não contribuem para a fazer adquirir mais do que uma virtuosidade puramente formal. Mas o apetite pela investigação que arrasta toda a criança normal incita-a a transferências, no decorrer das quais a fórmula se separa do acto. Myers insistiu na sua importância; representam o único progresso que um hábito pode transmitir à actividade geral. Podem, por via de assimilação ou de confusão — mas de confusão adaptada —, aplicar o acto aprendido a novos objectos. Podem igualmente transmitir a sua execução a outros órgãos: mudança de mão na mesma operação, execução com o pé daquilo que fazia a mão. É, no dizer de Katz, um acentuado progresso poder realizar com uma só mão o que se fazia com as duas.

Essencialmente virada para o estabelecimento de relações entre os movimentos e tudo o que lhe pode corresponder nos diferentes campos sensoriais, para a substituição das impressões proprioceptivas por efeitos exteroceptivos ou, inversamente, das circunstâncias exteriores do movimento por esquemas proprioceptivos, como é o caso da aprendizagem dos automatismos e a aquisição dos hábitos, a actividade sensório-motora desenvolve-se indubitavelmente no espaço, que ela contribui para dar a conhecer como uno e homogêneo, mas não possui ainda mais do que objectivos ocasionais. É a outras actividades que compete estabelecer objectivos e confrontá-los com os seus meios.

*

A atracção que a criança sente pelas pessoas que a rodeiam é uma das mais precoces e das mais poderosas. A dependência total em relação a elas em que a coloca a satisfação das suas necessidades depressa a torna sensível aos mais pequenos indícios das suas disposições a seu respeito e, reciprocamente, aos resultados delas obtidos pelas suas próprias manifestações. Daí que exista, no limiar da sua vida psíquica, uma espécie de consonância prática com outrem. De irreflectida, esta consonância poderá tornar-se mais deliberada à medida que os progressos da sua actividade lhe forem fornecendo os meios de se distinguir ela própria e de se opor. Então a pertença dará lugar à individualização e o simples conformismo à imitação. Os primeiros objectivos, prosseguidos por si próprios, que regulam do exterior a actividade da criança, são os modelos que ela imita. Aí reside uma fonte inesgotável de iniciações, que a fazem exceder, muitas vezes, de resto, de um modo completamente formal, o quadro das ocupações a que as suas necessidades a podem directamente incitar.

No animal, até mesmo no macaco, a imitação é rara, pelo menos como empréstimo oportuno de um novo procedimento. Ela não se deve, de facto, confundir com as reacções semelhantes de animais que apresentam um comportamento análogo em presença das mesmas circunstâncias. Reflexos idênticos, as imperativas exigências de uma situação, as facilidades ou as sugestões de

manipulação que um objecto oferece são suficientes para explicar o aparecimento simultâneo ou alternado dos mesmos gestos em dois animais reunidos. No entanto, não é certo que os gestos de um não exerçam qualquer influência sobre os do outro. Uma criança começa por não saber reproduzir os movimentos ou os sons emitidos diante dela, a não ser que ela própria os venha a executar espontaneamente. É então necessário que o acto a imitar sobreviva no aparelho motor, para que a imitação se efectue. Ela é, no entanto, o seu novo motivo. Deste modo, podem-se observar dois animais repetir sucessivamente, e aparentemente satisfeitos, um gesto a que um sozinho não teria dado importância. O que a ocasião tinha suscitado, a imitação reitera-o: é um começo importante mesmo quando não é superado. Acrescenta aos gestos espontâneos uma motivação nova; opera-se assim entre eles uma selecção, consoante se encontrem ou não em dois seres que se encontram frequentemente; através deles instaura-se nos dois uma espécie de conformismo mútuo.

A característica e a novidade da imitação é a indução do acto por um modelo exterior. É, pois, desprovido de sentido atribuir-lhe como origem «a imitação de si mesmo». Certas lesões nervosas tornam incoercível a repetição pelo sujeito do que ele acaba de fazer: consoante se trate de gestos ou de palavras, é a *palicínésia* ou a *palilalia*. Ela pode ser igualmente resultado de simples distração e às vezes transformar-se num tique. No estado normal, é utilizada segundo as necessidades. Mas as suas conexões nervosas não correspondem de modo algum à da imitação. A tendência de um acto para se repetir apresenta-se ainda sob a forma de perseverança. Frequente na criança, denota um certo grau de inércia mental e a preponderância da execução sobre a ideação motora. Está, na mesma medida, em oposição com essa modelagem do movimento sobre uma intuição ou uma imagem que é a imitação.

Qualquer reprodução de uma impressão sensorial de origem exterior não merece, aliás, ser colocada no mesmo plano que a imitação. Assim, a repetição imediatamente consecutiva, como um eco do gesto ou do som que se acaba de ver ou ouvir, está muito mais próxima da simples actividade circular. O efeito sensorial de um

movimento que a incita a renovar-se depressa se liga tão estreitamente a ele que o levará a efectuar-se mesmo sem ter sido primeiro produzido por ele. Passando a iniciativa à sensação, o aparelho motor torna-se capaz de repercutir impressões sonoras ou visuais de qualquer origem, desde que lhe sejam familiares. Mas nas duas séries motoras e sensoriais a ligação só se efectua entre elementos específicos. Assim, a *Ecocínésia* e a *Ecolalia* só são a repetição dos termos nos quais se conclui uma sucessão de gestos ou de sons, estando impedida a passagem ao movimento dos precedentes, enquanto as impressões se renovam, pela sua sucessão demasiado rápida. Este género de incidências sensorio-motoras são de um nível tão baixo que a sua reactivação no adulto está relacionada com uma dissolução avançada das actividades mentais. Ela corresponde a estados de confusão e por vezes de distração, em que se perdeu a capacidade de organizar conjuntos e de apreender significados.

Com efeito, não existe imitação enquanto não houver percepção, quer dizer, subordinação dos elementos sensoriais a um conjunto. É à reconstrução do conjunto que ela se dedica. O que poderia criar um logro, é o facto de ela dispor, entre os seus processos, o da cópia literal. Mas a reprodução sucessiva de cada traço pressupõe uma intuição latente do modelo global, quer dizer, a sua percepção e compreensão prévias, sem as quais só dá resultados incoerentes. Por muito mecânica que seja na aplicação, corresponde a um nível já complexo da imitação. Pressupõe o poder de seguir uma ordem, uma técnica, e a capacidade sempre desperta para comparar, quer dizer, para se desdobrar na acção, operações que só uma etapa já avançada da evolução psíquica pode tornar possíveis.

Nas suas imitações espontâneas, a criança não possui uma imagem abstracta ou objectiva do modelo. Longe de saber opor-se-lhe, começa por se unir a ele numa espécie de intuição mimética. Só imita as pessoas que exercem sobre ela uma profunda atracção ou as acções que a cativaram. Na base das suas imitações está o amor, a admiração e também a rivalidade. Porque o seu desejo de participação cedo se transforma em desejo de substituição, na maior parte das vezes, até, coexistem estes dois desejos, inspirando-lhe

para com o modelo um sentimento ambivalente de submissão e de revolta, de fideísmo envergonhado e de denegrimiento^(*).

Inicialmente de raiz afectiva, a imitação encontra também na participação no modelo os seus primeiros meios de o perceber assimilando-se a ele. Ela não é a reprodução imediata ou literal dos traços observados. Entre a observação e a reprodução decorre habitualmente um período de incubação que se pode contar por horas, dias ou semanas. As impressões que vão amadurecendo para originar os movimentos apropriados não são apenas visuais ou auditivas. Basta observar a criança em presença de um espectáculo que lhe interessa para reconhecer que ela participa nele por todo o conjunto das suas atitudes, mesmo quando elas a parecem imobilizar. De tempos a tempos escapam-se-lhe certos gestos furtivos, umas vezes gestos de simples expansão, que assinalam toda a aplicação íntima e laboriosa que dá às peripécias da cena, outras, gestos de intervenção disfarçada, quer para antecipar aquilo que espera quer para corrigir as insuficiências ou os erros que lhe parecem comprometer a acção a que assiste. Assim, à sua percepção vem juntar-se uma plasticidade interna que não é ainda mais que veleidade motora, ou postura, e de que o movimento efectivo não poderá sair sem elaboração.

A passagem directa do movimento ao movimento só será possível se o movimento imitado já se tenha produzido espontaneamente no mesmo plano de actividade e nas mesmas circunstâncias que o movimento a imitar, condição que reduziria a bem pouco o papel da imitação, cuja importância é, no entanto, capital na criança. A aquisição da linguagem, por exemplo, não é senão um longo ajustamento imitativo de movimentos e sequências de movimentos ao modelo que, há já muitos dias, permite à criança compreender qualquer coisa das conversas dos que a rodeiam. Este modelo pode mesmo demorar em relação às impressões auditivas do momento. Grammont cita uma pequenita cujas primeiras palavras apareceram com uma desinência italiana, apesar

(*) Ver a 2.ª Parte, Cap. IV.

de não ouvir falar italiano já há várias semanas. Com um intervalo muito menos longo entre a formulação postural e a eclosão do gesto, a cambalhota do palhaço que a criança procura reproduzir dois ou três dias depois do espectáculo, está sujeita a um percurso semelhante.

Assim, a imitação sujeita-se a sofrer desvios que mostram que, longe de ser o decalque fácil de uma imagem sobre um movimento, lhe é necessário abrir caminho, utilizando-os, através de uma massa de hábitos motores e de tendências que vão a pouco e pouco pertencendo àquele fundo de automatismos e de ritmos pessoais que se denotam na actividade de cada ser e donde brotam tantos gestos espontâneos na criança. São eles que servem de intermediário entre a impressão do exterior que acompanham, que procuram captar, e a repetição explícita do modelo: servem sucessivamente para a sua interiorização e para a sua exteriorização. Depois de ter sido reduzido a uma intuição que o despoja mais ou menos das suas determinações locais, é necessário depois efectuar o esforço inverso. Onde a imitação tropeça durante muito tempo é na reinvenção, não sempre dos próprios gestos, mas da sua justa distribuição no tempo e no espaço; é na relação a manter entre a intuição global do acto e a sucessiva individualização das partes. Este poder de organização em série implica a aptidão para constelar conjuntos perceptivo-motores. A sua necessidade afirma-se tanto mais quanto os objectivos da actividade pertencerem mais completamente à realidade exterior.

*

As relações da criança com os objectos não são tão simples como poderia parecer à primeira vista. A sua maneira de os manejar comporta graus que não dependem unicamente da sua falta de habilidade ou de experiência motora. A Patologia mostra que as diferentes qualidades de um objecto podem continuar a ser percebidas depois de ele ter deixado de ser reconhecido no seu conjunto e na sua utilização. O poder perdido pelo adulto deve a criança adquiri-lo, com a diferença de que ela tem, ao mesmo tempo, que regular e pôr em funcionamento os elementos perceptivo-motores que no adulto simplesmente perderam o seu significado comum.

Os objectos que a rodeiam começam por ser para a criança uma ocasião de movimentos que não têm muito a ver com a sua estrutura. Ela atira-os para o chão, ficando atenta ao seu desaparecimento. Depois de aprender a agarrá-los, desloca-os com os braços, como para exercitar os olhos a encontrá-los em cada nova posição. Se eles possuem partes que se entrecrocavam, ela não deixa de reproduzir o som detectado, agitando-os de novo. Não são, em suma, mais do que um elemento sensorio-motor que entra do exterior na actividade circular. Vem em seguida o momento em que o efeito que tira de um não pode tirar de todos. Nas suas tentativas para o obter, parece classificar os objectos segundo eles apresentam ou não a particularidade correspondente. Uma a que liga grande importância, é a relação entre o que contém e o que é contido. Tendo-a descoberto, a criança aplica-se a introduzir em tudo o que é uma abertura os objectos mais heterogêneos. Não poupa sequer o seus próprios orifícios corporais ou os de outras pessoas. A atracção quase universal que exercem os sapatos numa certa idade talvez esteja em parte relacionada com o seu carácter de buraco.

Por muito fecundo que possa ser este período para a discriminação e inventário das qualidades próprias das coisas, ela deixa ainda o objecto de lado. Trata-se apenas de condutas no sentido que lhe dá Janet. São condutas elementares que se inventam a si mesmas, utilizando as mais díspares ocasiões. É daí que provém a impressão barroca que dão por vezes as associações e as combinações da criança, aliás, sobre um fundo de grande monotonia. Só mais tarde surge a exploração do próprio objecto. Então inverte-se o interesse: por um aparente paradoxo, ele parece ir do abstracto para o concreto; na realidade, vai do mais para o menos subjectivo.

Já não é então a uma mesma e única conduta ou qualidade que são reduzidos os objectos; são as qualidades de um único e mesmo objecto que a criança se esforça por reconhecer e reunir. Estas investigações ultrapassam a simples enumeração. A unidade do objecto, que faz a unidade dos seus traços sucessivamente

detectados, não é uma soma, é uma estrutura com o seu significado. Descobrir e manejar uma estrutura pressupõe a aptidão para compreender e utilizar as relações que devem ter como substracto duradouro o poder de imaginar cada posição como fixa enquanto um movimento não a tiver modificado, e os próprios movimentos como subentendidos por uma série de posições fixas. É uma intuição de simultaneidade que se torna necessária; a sua expressão será inevitavelmente o espaço, mas em graus variáveis de sublimação relacionados com cada espécie de operação. O significado da própria estrutura, significando de uso ou de forma, só pode ser apreendido e definido em oposição ou em relação com outras.

As combinações que podem surgir no espaço sensorio-motor dependem daquilo a que se chamou inteligência prática ou inteligência das situações, a forma de inteligência mais imediata e mais concreta. Ela parece preceder, na escala animal e no desenvolvimento da criança, a realização mental do objecto, mas os seus progressos continuam ainda durante muito tempo. Com cerca de 1 ano de idade, a criança consegue resolver os mesmos problemas que o chimpanzé, mas há alguns mais complicados que não consegue antes dos 13 ou 14 anos, permanecendo embora, segundo parece, essencialmente no mesmo plano de operações mentais ⁽¹⁰⁾.

Foram as experiências de Koehler sobre o comportamento dos primatas superiores que fizeram despertar um novo interesse pelo assunto. Nestes animais biologicamente muito próximos do homem, ele demonstrou a existência de uma aptidão, aliás muito desigual conforme os indivíduos, mas muito superior à das outras espécies, para conseguir apoderar-se de uma presa cobizada apesar do obstáculo que se opõe à sua apreensão directa. Diminuída a sua força ou agilidade pela resistência de uma grade ou pela distância, a maior parte dos animais renuncia depois de alguns assaltos furiosos. Nos antropóides, porém, manifestam-se claramente

⁽¹⁰⁾ André Rey, *L'intelligence pratique chez l'enfant.*

outros comportamentos. Em primeiro lugar, sabem afastar-se provisoriamente do objecto ou afastá-lo de si para contornar o obstáculo: é o procedimento do desvio. Sabem também reduzir, utilizando instrumentos, o afastamento imposto pela distância entre o alcance máximo que podem atingir os seus gestos e a presa. Estes dois comportamentos estão frequentemente combinados. O seu estudo demonstrou que eles não poderiam ser pura e simplesmente assimilados à representação que o homem faz dos seus.

Primitivo ou aperfeiçoado, banal ou especializado, um instrumento define-se pelos usos que lhe são reconhecidos. Ele é moldado para eles. Impõe o seu modo de emprego a quem se quiser servir dele. Existe de forma duradoura e independente. Quem conhece a sua existência, tem que o ir procurar em caso de necessidade. É um objecto constituído, um objecto construído segundo certas técnicas com vista a outras técnicas, o produto muitas vezes modificado de experiências tradicionais ou recentes cujo fruto transmite aos que o utilizam. Esta forte individualização não pertence ao instrumento do chimpanzé.

O instrumento não é apenas ocasional; é uma simples parte de um conjunto provisório onde vai buscar todo o seu significado. Se o pau, com a ajuda do qual o chimpanzé poderá fazer chegar até si o bocado de laranja ou a banana, não for descoberto no próprio instante dos seus esforços, permanecerá inútil e ignorado. Não só escapa à atenção do animal se não estiver nesse momento no campo perceptivo que o une à presa, como pode acontecer que, interposto entre ele e ela, permaneça durante muito tempo estranho às suas tentativas, até que de repente o utiliza para conseguir o seu objectivo, como se o desejo da guloseima criasse um campo de força onde os gestos e as percepções se ajustam segundo linhas que se deslocam até realizarem a estrutura favorável. O instrumento só é instrumento na medida em que é descoberto, e só é descoberto na medida em que está dinamicamente integrado na acção.

A experiência, indubitavelmente, não se perde. No momento oportuno, o pau entrará mais depressa noutras estruturas e, de resto,

as mesmas estruturas terão tendência para se repetir. O próprio pau, tornando-se familiarmente manejável, coleccionará, segundo as circunstâncias, os mais diversos usos e tornar-se-á uma espécie de pau mágico, de que o macaco aprenderá a tirar toda a espécie de efeitos que o divertem. Ele continua, no entanto, a ser muito pouco individualizado, mesmo na sua morfologia e, na sua falta, uma simples correia estendida no chão será utilizada para os mesmos fins.

Um outro exemplo pode mostrar a que ponto permanece o instrumento fundido na acção: o das caixas de que se serve o chimpanzé para chegar à banana que está suspensa no alto. A noção que tem da estrutura das caixas é tão informe que, se for obrigado a sobrepor-las, coloca-as da maneira mais irregular e no equilíbrio mais instável. Pouco importa, desde que tenha tido tempo de tomar balanço antes delas caírem. E, aliás, não é de baixo do objecto a agarrar que ele as põe, mas precisamente à distância suficiente para o atingir com um salto. Assim, a sua própria existência é abolida em certa medida, na intuição que o animal possui das suas forças em ligação com as distâncias e as direcções do espaço. A este nível de inteligência prática, as relações de posição, de intervalo e de dimensão tornaram-se, de facto, o essencial mas são ainda medidas pelas capacidades motoras do animal; o seu sistema de referência permanece essencialmente subjectivo.

A utilização do desvio ⁽¹⁾ mostra igualmente esta estreita integração do meio no acto. Guillaume e Meyerson compararam a imaginação que ele pressupõe à do jogador de bilhar, para quem os choques sofridos pela bola se incorporam no movimento que recebe deles. Existe, evidentemente, nos dois casos, uma intuição totalmente dinâmica do campo operativo. Mas a substituição da bola pelo sujeito, mesmo se se admitir a transfusão do sujeito para a bola, introduz uma apreciável diferença. As tentativas de desvio são gestos em que o animal nunca deixa de estar presente. Elas não implicam, portanto, em algumas minuciosas acomodações

(1) Ver a 2.ª Parte, Cap. VI.

motoras a que se entrega o jogador no momento de bater na bola, o mesmo poder de previsão pura, e depois de extinção absoluta perante os efeitos desta previsão. Mas os gestos, que comecem por afastar o que se quer agarrar para se vir a agarrar mais tarde, não são menos a realização de um trajecto que, sem estar ainda separado deles, é ao mesmo tempo determinado por um conjunto mais ou menos complicado de relações no espaço.

*

Efectivamente, na medida em que o movimento faz em si o meio, confunde-se igualmente nele. Se esse é de facto o domínio do acto motor propriamente dito, a ele se vem juntar. Já no animal se esboça o que no jogo se vai desenvolver amplamente na criança: o simulacro, quer dizer, um acto sem objecto real, ainda que à imagem de um acto verdadeiro. Por muito total e seriamente que a criança se entregue ao jogo, não deixa, no entanto, de desconhecer as suas ficções. Pelo contrário, ainda aumenta mais a sua margem. Os brinquedos que mais lhe agradam não são os que melhor se assemelham ao real, mas em que a sua fantasia, a sua vontade de invenção e de criação estão proporcionalmente limitadas; são aqueles cujo significado mais depende da sua própria actividade.

O simulacro não tem para a criança nada de ilusório, é a descoberta e o exercício de uma função. Na origem, era uma simples antecipação a que fortuitamente escapou o objecto. Mas se ela se repetir por si mesma, então o acto seguinte pode coincidir quase exactamente com o acto original, pois o seu objectivo modificou-se. Desprovido de eficácia prática, pelo menos no imediato, ele não é mais que a representação de si mesmo. Mas é uma representação. Ou antes, ainda idêntico aos movimentos que representa, confunde em si três etapas: o real, a imagem e os sinais por que se pode exprimir a imagem. Conforme o momento e o grau de evolução, é uma ou outra destas três funções que prevalece. A sua coexistência inicial sob as mesmas espécies torna insensíveis, mas mais fáceis, as transmutações mútuas e depressa também, com a diferenciação funcional, a diferenciação dos seus efeitos visíveis.

Um simulacro pode ser cópia exacta, ou esquema abstracto e já convencional. A imagem que actualiza pode ser simples revivência, ou lembrança, evocação, invocação do facto nela gravado. O simulacro tornou-se muitas vezes rito, quer dizer, intenção de suscitar realmente o acontecimento representado. Dependendo ainda, por seu intermédio, dos gestos eficazes de que saiu, a imagem e a ideia facilmente se atribuem um poder directo sobre as coisas — o que foi baptizado de «poder mágico». Sem falar dos primitivos nos quais o rito é instituição, a ilusão de eficiência directa que a ideia mantém tem simplesmente por origem uma delimitação ainda insuficiente como na infância, ou novamente insuficiente como na emoção, entre os diferentes domínios da consciência.

Os gestos de simbolização, de que o simulacro é o exemplo mais concreto, podem facilmente contribuir, na medida em que perdem a sua semelhança imediata com a acção ou o objecto, para levar a imagem e a ideia para além das próprias coisas, para um plano mental em que se possam formular relações menos individuais, menos subjectivas e cada vez mais gerais. Mas, ao mesmo tempo, na medida em que são necessários à fixação, evocação e ordenação das ideias, impõem-lhes as suas próprias condições especiais. O pensamento perde-se quando, na miragem das crescentes abstrações, julga poder desatar todos os laços que o unem ao espaço, o único que, por graus, o pode voltar a fazer trazer as coisas.

O gesto, aliás, ultrapassa-se a si mesmo para atingir o signo. Um movimento inscreve-se em *graffiti* numa parede ou em gatafunhos num papel; este efeito pode impressionar a criança, que o tenta repetir, iniciando assim uma actividade circular em que o gesto e o traço se comparam através das suas variações. Mas o ciclo depressa se desfaz pela necessidade espontânea ou sugerida de encontrar um significado para os traços. A sua relação mútua é a primeira ideia que surge sem nenhuma condição de semelhança. Depois a criança compõe o seu desenho segundo um tema, mas com elementos muito mais convencionais do que imitativos: é daí que procede aquilo a que se chamou o seu realismo

intelectual, por oposição ao realismo visual. Esta intuição da figuração gráfica pode ser então utilizada em proveito da escrita convencional. A tradução dos sons em traços não criou, mas pressupunha a aptidão e a experiência gráficas.

Os próprios sons de que se compõe a palavra não são uma simples sucessão; pertencem a conjuntos que sobrepõem à sucessão pura a previsão simultânea e mais ou menos ampla das palavras ou elementos fonéticos a enunciar, da sua posição recíproca, da sua exacta distribuição. É esta operação que é perturbada na afasia e que opõe graves dificuldades à aprendizagem da palavra pela criança. Foi possível mostrar a concomitância com a afasia de uma incerteza no poder de distribuir os objectos no espaço segundo um modelo que, no entanto, podia ser detectado ⁽¹²⁾. O insucesso destas ordenações parece ter, nos dois casos, a mesma origem; põe em causa um dinamismo estreitamente subordinado a relações de posição, uma intuição dinâmica destas relações. Pode-se imaginá-lo como a íntima integração recíproca do movimento e do espaço projectando-se em todos os planos da vida mental. Assim, o acto motor não se limita ao domínio das coisas mas, através dos meios de expressão, suporta indispensável do pensamento, faz com que este participe nas mesmas condições que ele. Este é um factor a não esquecer na evolução mental da criança.

⁽¹²⁾ Ver a 2.ª Parte, Cap. VI.

O CONHECIMENTO

Os princípios da fala na criança coincidem com um acentuado progresso das suas capacidades práticas, o que se tornou particularmente manifesto ao comparar-se o seu comportamento com o do macaco. Assim, Boutan em primeiro lugar e outros depois dele, especialmente Kellog e a sua mulher, colocaram em presença de situações idênticas e chegaram mesmo a educar em conjunto uma criança, antes e depois da idade da fala, e um jovem macaco. No período inicial, reacções muito análogas. Mas quando surge o uso da palavra, a criança distancia-se rapidamente do seu companheiro. Se forem colocados, por exemplo, em presença de caixas alinhadas, em que uma contém uma guloseima, o adestramento para a encontrar começa por dar resultados semelhantes. Mas se se modifica a ordem das caixas, o macaco, desconcertado, não faz mais do que procurar ao acaso, enquanto a criança, a partir da idade em que começa a falar, sabe reconhecer rapidamente a ordem da modificação.

É evidente que a linguagem está ainda demasiado no início para que se possa encerrar a hipótese de uma ordem interior ou de qualquer enumeração mental. Trata-se antes da aptidão para imaginar nos objectos que se avistam uma deslocação, uma trajectória, uma direcção invisíveis. Ela só é possível se a visão, em vez de ser totalmente absorvida pelos próprios objectos, os distribuir num plano imaginário de posições estáveis e solidárias. Sem ela, não há nenhuma possibilidade de representar a ordem

mais insignificante, de efectuar uma sequência. Dela depende também o poder de ordenar as sucessivas partes do discurso. A perda de um poder acarreta a perda do outro. Um afásico não sabe indicar as direcções – alto, baixo, direita, esquerda, etc. – se tiver os olhos fechados. Com os olhos abertos o que ele mostra, segundo Sieckmann, é um objecto, não uma direcção: o tecto ou o céu, a mão que segura a máquina de barbear, a que não escreve, etc.

Simples condição de base, esta sobreposição ao espaço, onde estão e se produzem as coisas e os gestos, da intuição que os vê em devir, está longe, indubitavelmente, de explicar toda a função da linguagem, nem as consideráveis consequências que dela resultaram para a espécie e para o indivíduo. Sem falar das relações sociais que torna possíveis e que a modelaram, nem o que cada dialecto contém e transmite de história, é a linguagem que fez mudar-se em conhecimento a mistura estreitamente combinada de coisas e de acção em que se converte a experiência bruta. Não é, na verdade, a causa do pensamento, mas é o instrumento e o suporte indispensáveis aos seus progressos. Se há por vezes atraso de um ou do outro, a sua acção recíproca restabelece rapidamente o equilíbrio.

Através da linguagem, o objecto do pensamento deixa de ser exclusivamente o que, pela sua presença, se impõe à percepção; fornece à representação das coisas que já não são ou que poderiam ser o meio para serem evocadas, e confrontadas entre si e aquilo que é actualmente sentido. Ao mesmo tempo que reintegra o ausente no presente, permite exprimir, fixar, analisar o presente. Sobrepe aos momentos de experiência vivida o mundo dos signos, que são os pontos de referência do pensamento, num meio em que pode imaginar e seguir livres trajectórias, unir o que estava desunido, separar o que tinha sido simultâneo. Mas esta substituição do signo pela coisa não se efectua sem dificuldades, sem conflitos; obriga a resolver praticamente problemas cuja reflexão especulativa só mais tarde se adquire. Ao individualizar o que estava confundido, ao eternizar o que era transitório, a representação, que o signo ajuda a delimitar-se estritamente, provoca a oposição entre o mesmo e o outro, o semelhante e o

diverso, o único e o múltiplo, o permanente e o efémero, o idêntico e o variável, a posição e o movimento, o ser e o devir. Muitas consequências que nos surpreendem na criança têm origem no choque destas noções contraditórias, mesmo quando apta a esquivar-se delas por omissão, por muito ajudada que seja a contorná-las pelos hábitos da linguagem e do pensamento que lhe vêm do adulto.

Mas o passo em frente que a linguagem permite ao pensamento, e reciprocamente o esforço que ela exige dele, podem tornar-se manifestos pelo atraso que ele sofre se ela tende a abolir-se. Goldstein detectou nos afásicos a impotência para classificar os objectos segundo características que no entanto eram evidentes, mas estranhas ao interesse actual do sujeito. Em contrapartida, agrupará outros tão heteróclitos quanto possível, se pertencem de alguma maneira à acção que lhe ocupa o espírito. Um doente recusa-se a juntar um saca-rolhas a uma garrafa cuja rolha não está bem presa, com o pretexto de que ela já está desarrolhada. Outra junta uma caixa de pó-de-arroz com um livro, porque são objectos que conta levar de viagem. A existência das coisas perde a sua independência; elas só são apreendidas nas relações com o eu do doente.

Este *egocentrismo* é também o da linguagem. Normal enquanto se trata das circunstâncias concretas em que evolui o sujeito, deixa de poder ser compreendida na descrição daquelas que, por muito simples que sejam, são estranhas à sua própria vida. Ao mesmo tempo torna-se impossível a enumeração abstracta de nomes, que, contudo, as necessidades do momento fazem ainda utilizar correctamente.

Também neste aspecto se impõe a comparação com a criança, em quem se observam semelhantes disparidades no emprego ou na compreensão das palavras segundo a situação, e que não sabe dissociar de si própria o curso dos acontecimentos ou a realidade das coisas, agrupar os objectos, a não ser segundo as relações que a sua própria actividade neles possa introduzir.

*

Face a estas dificuldades estão as forças – ou as fraquezas da criança. As suas impressões e reacções do momento começam por absorver sem reserva. É indubitável que elas se modificam e se renovam; mas, mergulhada no sucessivo, não é capaz de apreender a sucessão. É excessivo dizer que ela vive um perpétuo «agora», porque não possui nada fixo a que o opor. É um agora indelimitado, sem focagem, sem imagem-recordação e sem previsão. Gradual ou súbita, a transformação sofre-se, não é reconhecida. A criança, movida pelos seus apetites ou pelas circunstâncias, pode experimentar expectativa ao mesmo tempo que o desejo; a mudança completa dos seus gestos ao mesmo tempo que a atracção por um novo objecto. Mas são como simples tensões ou metamorfoses no jogo das suas atitudes. Ela não sabe reunir estes diversos momentos, ainda que com um laço frouxo e fragmentário. Já fala há vários meses e no entanto ainda lhe escapa o sentido do *antes* e do *depois*. Não é uma simples questão de vocábulos ou mesmo de noções demasiado difíceis. É indubitável que a designação do tempo e a sua nítida identificação exigem uma integração sucessiva dos três termos *amanhã*, *hoje*, *ontem*, no mesmo período, e a relatividade deste ajustamento entre palavras e coisas pressupõe um desdobramento dos planos nos quais se projectam os objectos do pensamento, que é de uma evolução mental já elevada. Mas é já muito mais primitivamente que a continuidade, a coerência, as diferenciações necessárias do pensamento estão limitadas, na criança, pelo seu modo de funcionamento.

Exercendo-se os mecanismos da acção antes dos da reflexão, quando a criança quer representar uma situação, não o conseguirá se não se empenhar primeiro nela, pelos gestos. O gesto precede a palavra e depois é acompanhado por ela antes de a acompanhar, para finalmente ser reabsorvido por ela. A criança mostra, depois conta, antes de poder explicar. Não imagina nada sem encenação. Não separou ainda de si o espaço que a rodeia. É o campo necessário, não apenas dos seus movimentos, mas dos seus relatos. Pelas suas atitudes e caretas, parece fazer um teatro com as peripécias de que se lembra, tornando presentes e distribuindo os objectos, as per-

sonagens que evoca. Se tem um verdadeiro interlocutor, é ele a quem parece querer despertar, apropriar-se da sua presença com os seus gestos, com as suas repetidas interjeições. Ao mesmo tempo, nada é evocado sem ser contado, como se o enunciado de circunstâncias concretas fosse necessário à evocação. Aliás, acontece muitas vezes que a influência destas corta o fio à meada ou faz desviar o relato.

Esta etapa corresponde à persistente preponderância do aparelho motor sobre o aparelho conceptual. Sem acção motora ou verbal, falta à ideia o vigor necessário para se formar ou para se manter. Os circuitos que lhe são próprios e que pertencem aos sistemas de associação permanecem sujeitos ao reforço e à coacção das exteriorizações que têm por instrumento o aparelho de projecção. Daí o nome de «mentalidade projectiva», dado a este tipo de equilíbrio psicomotor cuja sobrevivência se observa em certos adultos. Ela traduz-se por uma aderência excessiva do pensamento ao seu objecto, a que se chama «viscosidade mental». A acção expressiva que os une, desenvolvendo as suas próprias fórmulas, mantém-no prisioneiro, arrasta-o consigo para os seus sistemas de hábitos ou de reminiscências, e atrasa ou desvia o seu curso. Suprime os simples resumos que permitem que a ideia atinja directamente o seu objectivo sem ter que percorrer todos os relevos intermédios. Impede, pelo seu realismo motor, a pronta utilização dos signos e pontos de referência verbais que podem dispensar de pensar a coisa enunciada. Traduz uma insuficiente diferenciação entre os planos pragmático e conceptual da vida psíquica.

Também é verdade que na criança a interferência de outras insuficiências confere aos efeitos desta indiferenciação um aspecto menos pesado. O seu aparelho motor é disputado pela formulação da ideia ainda frágil e as reacções ainda incontroladas que uma excitação fortuita lhe arranca. As diversões suspendem a realização em curso e vêm juntar-se às distrações em que ela tantas vezes se perde. Combinadas a viscosidade e a hiperprossexia ⁽¹³⁾,

(13) Ver a 2.ª Parte, Cap. VI.

o pensamento apresenta aparências de mobilidade e de constância. Na realidade, trata-se de uma simples alternância. O tema cujo recesso sucede ao reflexo de curiosidade é-lhe totalmente estranho. Entre eles, a descontinuidade é completa. Perseverança e incontinência perceptivo-motora, parecendo ao mesmo tempo contrariar os seus efeitos, são igualmente contrárias ao desenvolvimento da ideia. A sua consequência é uma fragmentação, uma simples justaposição dos momentos intelectuais. Em presença de problemas ligados ao exercício do pensamento, esta descontinuidade influi necessariamente na maneira de os resolver.

Enfim, a descontinuidade mental da criança tem uma outra causa de não menores consequências. É a debilidade da acomodação ao objecto, quer ponha em jogo o aparelho motor, perceptivo ou intelectual. A acomodação durante muito tempo é vacilante. Oscila mais ou menos à volta do objectivo, a sua focagem é fugaz e as suas variações seguem mal as do objectivo. Como um gatinho a quem a bola desapareceu num local inacessível, pára de repente indeciso, também a criança mais viva e alegre tem os seus momentos de desocupação súbita. No momento em que lhe escapa o objecto do seu pensamento, passa pelo seu rosto um certo torpor. E o facto é que lhe acontece muitas vezes deixá-lo fugir e também confundir-lo com outros. Daí resulta uma imagem vacilante das coisas, que torna difícil identificar cada uma delas e fácil misturá-las entre si. A ideia das suas possíveis metamorfoses, longe de ser diminuída pelo contacto da realidade, antes encontra nela o seu fundamento. Assim, as fantasmagorias em que a criança acredita não nos deverão já surpreender tanto.

*

O pensamento da criança foi classificado de *sincrético*. De facto, não se podem atribuir os mesmos qualificativos às suas operações e às do pensamento adulto. Este denomina, enumera e decompõe o objecto, o acontecimento, a situação, nas suas partes ou nas suas circunstâncias. Deve utilizar termos de significado

definido e estável, deve controlar a sua adaptação exacta à realidade presente, e depois encontrar o todo partindo dos elementos, sendo esta reversibilidade dos resultados a única garantia da sua precisão. O pensamento adulto actua, pois, por análise e por síntese. Antes de ser capaz de proceder do mesmo modo, o pensamento da criança tem de vencer difíceis oposições.

Entre a linguagem e o objecto, a adaptação está longe de ser imediata. As primeiras frases são optativas ou imperativas, feitas de uma única palavra e, na maior parte das vezes, da mesma sílaba repetida. O seu sentido pode variar segundo as situações; são, pois, essencialmente elípticas e polivalentes. São as circunstâncias que têm de as definir, e não o inverso. Apesar de a sua estrutura se começar a desenvolver, a intenção permanece ainda voluntarista e expressiva. Traduzem mais entusiasmo ou o estado afectivo do sujeito do que a natureza ou o aspecto do objecto. Quando surge a idade em que o «saber verbal» (Goldstein) se desenvolve rapidamente, é ainda, ao princípio, sob a forma de conjuntos mnemónicos mais ou menos decorados, ou que só têm com a realidade algumas relações incertas e globais. São necessárias muitas e lentas tentativas para que a criança consiga penetrar o seu sentido, reconhecer as suas partes e ajustar cada uma ao seu significado próprio. Entre elas, como entre os conjuntos de que se destacam, os laços permanecem durante muito tempo mais fortes do que a sua referência exacta aos objectos. A tradução verbal do seu pensamento engana muitas vezes a criança, substituindo-se à sua experiência directa das coisas. Quando mais tarde surgem os conhecimentos escolares, ainda não terminou o conflito entre as palavras e as coisas. E, para compreender algumas das contradições em que as perguntas do adulto a podem induzir, é preciso perceber que prodigiosos esforços de redução lhe são necessários entre estas três fontes do conhecimento: a experiência imediata, o vocabulário e a tradição da escola.

Mas a representação, que se insinua inevitavelmente entre a palavra e a coisa como o seu vestígio e evocador comum, começa igualmente por opor as suas próprias exigências às da experiência bruta. Ela é delimitação e estabilização. Ao instalar-se no espírito

da criança, tende a tornar-lhe inconcebível a intuição dinâmica das situações. Quando antes tudo era fusão do desejo e do objecto, dos automatismos e do instrumento, do espaço e dos gestos ⁽¹⁴⁾, agora ela distingue, divide, imobiliza. Ainda estreitamente ligada às suas origens concretas e verbais, não sabe variar com a diversidade das relações. Torna ininteligível para a criança o que mais continuamente a afecta: a mudança. Em presença do que vai acontecendo, seria como os eleáticos, para quem a imagem de cada posição sucessivamente ocupada esconde o movimento, ou como os obcecados, a quem a representação de um objecto ou de uma circunstância temida torna insensíveis às relações de distância, de rapidez e mesmo de simples exterioridade (o cortejo fúnebre de um desconhecido parece-lhes atingir a sua própria pessoa), mas que julgam ao mesmo tempo que o risco pode ser afastado por uma representação em forma de simulacro ou de esconjuro.

O sincretismo produz efeitos muito semelhantes. É uma espécie de compromisso, a diversos níveis, entre a representação que se procura e a complexidade evolutiva da experiência. Para o definir, será melhor compará-lo com as distinções essenciais em que se baseia o pensamento do adulto.

Face à análise-síntese, exprime as relações que a criança é capaz de estabelecer entre as partes e o todo. A confusão é ainda mais ou menos completa. A percepção das coisas ou das situações continua a ser global, isto é, o pormenor permanece indistinto. No entanto, a atenção da criança parece-nos muitas vezes incidir sobre o pormenor das coisas. Chega inclusivamente a detectar pormenores muito específicos, ténues ou fortuitos que a nós tinham escapado. No entanto, não é como pormenores de um conjunto que ela os apreende, e é precisamente por isso que lhes é sensível. Subordinados ao conjunto, o interesse por eles ter-se-ia desviado, quer por terem o seu sentido fora de si próprios, quer porque os consideraria demasiado acessórios.

⁽¹⁴⁾ Ver a 3.ª Parte, Cap. X.

A percepção da criança é, portanto, mais singular do que global; incide sobre unidades sucessivas e mutuamente independentes, ou que não têm entre si outros laços para além da sua própria enumeração. A ordem pela qual a criança as detecta pode, aliás, deixar mais que um traço bruto na sua percepção ou na sua memória. Pode organizar-se numa estrutura mais ou menos amorfa, que se substitui à das coisas.

Entre as unidades perceptivas da criança há, no entanto, a diferença de que umas são para nós realmente conjuntos e as outras, ao contrário, parecem-nos simples pormenores indecomponíveis. Várias experiências indiferentemente combinadas levaram alguns psicólogos a dizer que a visão da criança atinge de facto o todo, mas se decompõe, e outros a afirmar que ela isola do todo, que por si mesmo lhe é inacessível, um traço elementar. Boujarde demonstrou que, no primeiro caso, as formas apresentadas tinham já uma coesão assinalável e que, no segundo, prevalecia a descontinuidade ou a heterogeneidade.

O poder organizador da percepção infantil tem, de facto, diversos graus. Pode variar em extensão e em resistência, diminuindo as suas à medida que a forma atingida se baseia numa estrutura, menos coerente ou mais complicada, dos dados exteriores da percepção. A extensão de detalhes mais numerosos é o que se desenvolve mais depressa com a idade. A não-resistência do agrupamento é o que durante muito tempo contribui para impedir a análise, porque a coesão do conjunto é indispensável durante todo o tempo em que opera.

Mas o que pode complicar os efeitos do sincretismo é o facto de não ser uma simples insuficiência; ele é, a seu modo, uma actividade completa em presença das coisas. Utiliza os procedimentos mais gerais da experiência habitual, como a antecipação. Já nos animais se pôde verificar que, treinados a reconhecer figuras, podem reagir apenas a uma das suas partes, como se fossem capazes de completar cada uma. Isto não é mais do que a verificação de um facto constante nos comportamentos mesmo elementares, e que se encontra na percepção. Mas a parte

que provoca a mesma reacção ou a mesma resposta que provocaria o todo, não quer necessariamente dizer que ela implique ou evoque a estrutura do todo. Um pormenor accidental daria o mesmo resultado que um traço essencial, se tivesse a mesma constância. É o que acontece com motivos menos simples e menos despidos, como uma figura geométrica.

Isto torna-se evidente quando, em vez de uma imagem ou de um objecto, o motivo é uma situação completa e concreta. Então o fortuito não só se introduz mais facilmente como não tem necessidade de se repetir para ser fixado, desde que o interesse suscitado seja suficiente. Deste modo, vemo-lo muitas vezes misturar-se ou substituir o essencial na conduta, nos relatos, nas explicações da criança. As impressões que as circunstâncias, quer externas quer íntimas, uniram, baseiam-se numa espécie de equilíbrio mútuo, de tal modo que qualquer uma delas pode significar ou evocar todo o conjunto. No adulto, certas recordações dão origem a algo semelhante: as que guardam a coloração única de um momento ou de um acontecimento, e que aliás remontam habitualmente à infância. Devem-na muitas vezes a traços puramente acessórios, mas que calharam ser os condensadores de um estado ou de uma etapa afectiva. Essa memória opõe-se à memória classificadora e racional. Na criança, os quadros classificadores não existem ainda. Daí a particularidade acentuada e como que irreduzível das suas impressões e recordações.

Para tais efeitos contribui a falta de uma distinção que é talvez mais fundamental do que a das partes e do todo: os aspectos subjectivo e objectivo misturam-se ainda, dando lugar ao que Lévy-Bruhl chamou participação. A criança começa por não saber isolar-se do espectáculo que a cativa ou do objecto que deseja. Deste modo, a sua vida vai-se fragmentando com as diversas situações nas quais se confunde mas, inversamente, estão de tal modo inibidas da sua substância afectiva, que com frequência se lhe assemelham mais do que aos acontecimentos. Em presença de circunstâncias definidas, verifica-se facilmente que a criança, nos seus relatos e na sua sensibilidade, lhes introduz alterações que as podem opor, como uma mentira, à verdade. Se a coisa em si não tem qualquer importância, é simplesmente encarada como um

brinquedo da sua fantasia. Nos dois casos, há a mesma intromissão, em graus diversos do sujeito no objecto.

A confusão do subjectivo e objectivo transfere-se, naturalmente, para o que traduz as suas relações: a representação e as palavras que a exprimem. Esta é o reflexo, no seu plano, das suas acções recíprocas. Por ela, o objecto temido torna-se maléfico, mesmo sem contacto físico; e o desejo considera-se eficaz, mesmo sem intervenção material. O simulacro pode dar-lhe uma aparência de realidade alegórica; mas basta uma simples fórmula verbal, ou mesmo a simples intenção: a criança acredita nas consequências vingativas das suas invectivas; mas limita-se também a desejar intensamente o castigo do adversário, com a ilusão de que daí resultará alguma coisa. É aquilo a que se chamou «crença mágica». Ela não tem nada de mágico na criança, no sentido de que não tem nada de rito e que é completamente espontânea; é o simples efeito da indiferenciação que persiste entre os planos mentais e motores da acção, entre o eu e o mundo exterior. Por isso não se trata nem de uma questão de egocentrismo nem de exocentrismo, mas de um estágio antecedente.

Esta indiferenciação inicial entre o eu e o outro provoca também uma insuficiente distinção entre os outros. Quando a criança pequena chama «papá» a todo o homem que vê, seria igualmente prematuro dizer que os identifica com o pai ou que os inclui numa categoria designada pelo nome de uma única pessoa, por ignorar o nome colectivo. Ela sofre a reacção de conjunto, motivada por alguns dos seus traços, em que as partes se confundem com o todo e são, consequentemente, susceptíveis de provocar a confusão mútua de conjuntos, de outro modo diferentes. É só quando se torna capaz de distinguir as suas próprias reacções dos seus motivos exteriores que os motivos, individualizando-se, lhe permitem distingui-los uns dos outros, quer dizer, distinguir a sua estrutura própria sobre o fundo da sua natureza comum.

O individual e o geral, de que os filósofos se dedicaram a discutir a prioridade relativa, são na realidade simultâneos, porque solidários, e o sincretismo faz com que sejam precedidos de um outro termo que não pode ser nem um nem outro, porque o sujeito

que age, compreende ou pensa não sabe deixar de misturar a sua presença aos motivos da realidade, impedindo-os assim de opor as suas identidades e ao mesmo tempo classificar cada uma em quadros definidos, estáveis e impessoais.

*

Distinguir entre os indivíduos, pressupõe o poder de opor o idêntico ao semelhante e de o unir ao dissemelhante. Uma simples semelhança não deve provocar a assimilação de dois seres; mas o mesmo ser pode variar nalgumas das suas características, e cada uma delas pode variar dentro de certos limites. Sabe-se como a menor modificação no penteado ou no vestuário das pessoas que lidam habitualmente com ela pode ser causa de terror para a criança. Não reconhecimento e reconhecimento simultâneos produzem um desequilíbrio psíquico de que resulta o medo, bem como desequilíbrio físico ⁽¹⁵⁾. O conhecimento precoce que o bebé tem da mãe não é uma verdadeira identificação, mas sim a sua resposta ao conjunto das situações de muitos e apertados laços criados entre ele e ela.

A invariância que a criança exige nos objectos que lhe são familiares tem evidentemente por limite o seu poder, em alguns aspectos muito obtuso, de discernir as diferenças. Do mesmo modo, a assimilação que faz de objectos um pouco diferentes entre si pode provocar a ilusão de que ela é capaz de apreciar na justa medida uma simples diversidade de tonalidades. Na realidade, a relação da coisa com as suas qualidades é extremamente estrita e unilateral. Torna a sua identidade extremamente frágil, sendo susceptível de se dissociar em tantos seres quantos aspectos sucessivos possui, e de ser assimilada a tantos seres diferentes quantas semelhanças parciais possui com eles, podendo um simples ponto de contacto provocar a coincidência do todo. A impotência da criança para distinguir entre a coisa e os seus aspectos simultâneos ou passageiros resulta da sua impotência

⁽¹⁵⁾ Ver *L'Enfant turbulent*, 1.^a Parte, Cap. I.

para imaginar os aspectos sob a forma de qualidades independentes, ou melhor, de categorias qualitativas.

Uma vez mais, o estudo da afasia pode conduzir a casos de regressão susceptíveis de esclarecer os princípios do desenvolvimento intelectual na criança. A estrita aderência da qualidade à coisa permitia a um doente dizer que o morango é vermelho, enquanto perante amostras de lã vermelha não as sabia designar como tal (Goldstein). Dir-se-á que se trata de simples associação automática de uma qualidade ao nome da coisa, com a concomitante impotência de evocação verbal em presença de objectos a descrever. Mas se a evocação verbal era impossível, é precisamente porque a cor significava não era indistintamente a cor de todos os objectos vermelhos actualmente conhecidos ou eventualmente a conhecer; era apenas a cor deste ou daquele objecto específico. A menos que lhe estivesse já como que substancialmente unida, não podia ser evocada a seu respeito. Mais ainda, não se limitava apenas a este ou àquele objecto; mas também a esta ou àquela tonalidade. Todos os objectos de tonalidade ligeiramente diferente eram rejeitados como não vermelhos. Diminuição da aprecepção e do reconhecimento das cores? Não, porque em vez de juntar dois vermelhos, acontecia que o doente aproximava duas cores de tom fundamental completamente diferente, mas entre as quais havia uma certa harmonia de claridade, de delicadeza de efeito estético. As semelhanças ou conformidades qualitativas eram bem apreendidas, muitas vezes até com uma grande subtileza, mas cada uma por si e sem corresponder a um princípio idêntico de classificação. As relações, as estruturas de cores eram apreendidas quando a ocasião o provocava concretamente, mas as qualidades da cor não podiam tornar-se cada uma um ponto de referência para o agrupamento e ordenação dos objectos em que se encontrava. Nenhuma era capaz de impor a sua direcção nem de imprimir à escolha uma orientação determinada e momentaneamente exclusiva de qualquer outra; estavam desprovidas do seu poder categorial.

Também na criança as qualidades das coisas começam por se combinar a cada uma particularmente, sem poder servir para as classificar por comparação sistemática. Elas não passaram ainda

para o plano funcional das categorias. Essa é uma etapa mais ou menos tardia conforme a origem mais abstracta ou mais concreta dos princípios classificativos. Enquanto não a atinge, a criança sente dificuldades insuperáveis em presença de problemas que parecem simples. O teste que Burt fez com três pequenitas, uma das quais tinha os cabelos mais escuros que a segunda mas mais claros que a terceira, perguntando-lhes: «Qual a mais morena?», não pode ser resolvido com facilidade e certeza enquanto a criança não souber projectar as cores enunciadas sobre o fundo da cor-categoria, quer dizer, de uma cor que se tenha tomado independente de todos os objectos particulares e possa servir para os classificar.

Do mesmo modo, o absurdo da frase em que a criança se inclui entre os três irmãos que pretende ter não pode ser denunciada ou explicada se a qualidade de irmão permanecer ligada ao indivíduo, em vez de ser uma categoria desligada de cada um e em especial do sujeito, de tal modo que a sua qualificação absoluta seja substituída por relações mútuas entre um e outro.

*

A esta relatividade qualitativa, sem a qual o objecto dispersa a sua identidade por todos os aspectos ou relações que o podem afectar, parece opor-se uma necessidade inversa mas de objectivo semelhante: a de lhe atribuir qualidades fixas, imutáveis, específicas. A cada um a sua cor, a sua forma, as suas dimensões: é assim que ele permanece ele próprio e se contrapõe a todos os outros. Esta identificação qualitativa não é um dado primitivo da percepção. Obtém-se através dos contactos diversos e fortuitos da sensibilidade e das coisas. Tem a ver com uma evolução muito mais precoce do que a das categorias. É-lhe, aliás, necessário articular-se com elas.

Para a representar na sua simplicidade, na sua rigidez inicial, podem-se ir de novo buscar exemplos e testemunhos à patologia. Em certos estados de depressão e de obsessão, os doentes afirmam ter sentido uma estabilização, uma singular esquematização das suas impressões: confundiam-se todas com uma espécie de

imagem-limite de onde eram eliminados o acidente e os cam-biantes. O céu era absolutamente azul como o céu de Itália dos postais, a terra castanha, a floresta verde, as casas brancas. A forma das flores era de uma regularidade esplêndida. E assim com todos os objectos vistos ou imaginados.

Se falta à criança a linguagem e os meios de comparação para confirmar estas descrições, pelo menos não é, segundo parece, sem razão que W. Stern preconiza que se lhe ensinem as cores ligando cada uma ao objecto de que ela seria a marca distintiva e como que essencial: o azul ao céu, o verde à árvore, etc. Procedimento pedagógico talvez contestável; mas Stern teve, sem dúvida, esta ideia influenciado pelo que ele próprio chamou «convergência» a propósito da linguagem, quer dizer, das modificações que sofrem inconscientemente as maneiras do adulto para se assemelharem às da criança e lhe serem mais acessíveis. De resto, muitos exemplos e experiências mostram que na percepção da criança o incompleto, o intermédio, o accidental, são reconduzidos ao acabado, ao extremo, ao tipo. O *C*, círculo interrompido, é visto como um *O*. É gradualmente, com a idade, que as pequenas diferenças se tornam perceptíveis. O mecanismo desta diversificação é, segundo Koffka, o mesmo que o da normalização que fixa as qualidades específicas de cada objecto: é a existência de uma estrutura perceptiva, mas que mais ou menos se diferencia.

Para as cores, é verificação comum que elas variam com a iluminação, que não são as mesmas ao meio-dia, de manhã e à noite, por não ser a mesma a composição da luz. E, no entanto, a tonalidade própria de cada objecto parece ser a mesma. Trata-se não de uma interpretação ou de uma correcção secundária, mas de um facto bastante mais primitivo. Koffka compara-o com a experiência realizada por Koehler com galinhas que ele punha a debicar numa área metade branca e metade cinzenta: os grãos da parte cinzenta, que foram colados ao solo, depressa obrigaram o animal a só apanhar os da parte branca. Sobrevém depois um tal obscurecimento que a metade branca da superfície reflecte ainda menos luz que anteriormente a metade cinzenta, mas é sempre nela que a galinha busca o seu alimento. O que desencadeia a

reacção não é, pois, uma questão de grau, mas sim uma relação de luminosidade. Este facto já era conhecido há muito tempo no domínio da percepção pelo nome de *albedo*. As experiências de Koehler contribuíram para demonstrar que ele já se observa em comportamentos relativamente elementares.

O sistema de relações que mantém em cada objecto a sua cor própria é produto de uma estrutura. Não há impressões isoladas. Tudo o que é captado é-o sob a forma de um conjunto ou de uma estrutura. É do conjunto que cada elemento recebe o seu significado. Mas, dentro de um mesmo mundo de impressões, tornam-se possíveis e mesmo compatíveis várias espécies de estruturas heterogêneas. As do objecto comportam a fixação mútua das qualidades que lhe são próprias. Contudo, estas qualidades e o próprio objecto podem também entrar noutros conjuntos, cuja estrutura faz com que sirvam para outros efeitos. A estrutura usual e utilitária para o adulto é a estrutura por objectos. O esforço do artista ou do inventor consiste muitas vezes em resolvê-la noutras, em que tende a dissolver-se o aspecto convencional e tradicional do objecto. As estruturas acessíveis à criança são diferentes, em diversos graus, das fórmulas adoptadas pelo adulto.

A progressiva diferenciação que a criança faz das cores é também, segundo Koffka, uma questão de estrutura. Quando uma cor é reconhecida ou, pelo menos, quando é capaz de suscitar reacções unicamente relacionadas com ela, é porque se começa a destacar do fundo, ainda indistinto mas consistente, das outras. É o contraste que as torna eficazes. As cores claras são as primeiras a ser distinguidas, por oposição às escuras, que aliás em breve são também reconhecidas. As cores quentes começam por ser separadas em bloco das cores frias; são, por exemplo, todas denominadas «vermelho», com a diferença do claro e do escuro, que são chamados branco e negro (Hilde Stern).

A ordem que os autores dão da sucessiva compreensão das cores explica-se por estruturas que apresentam primeiro um forte contraste, sendo depois mais subtis. Inversamente, as confusões correspondem a cores cujo contraste ou concordância se baseiam

em diferenças menos acentuadas: azul e verde, verde e branco, amarelo e branco, violeta e azul. Em virtude das relações existentes entre as condições físicas da luz e as fisiológicas dos sentidos, a progressão da visão colorida é sensivelmente a mesma em todas as crianças observadas. No entanto, os dados fornecidos por Shinn e por Stern não são idênticos: num caso, a criança vivia na Califórnia, região de vegetação exuberante; no outro, tratava-se de uma criança educada entre os blocos de cimento de uma cidade. O meio ambiente poderia, portanto, influenciar a ordem que regula o discernimento das cores, segundo a diversidade das estruturas habituais a que ele dá origem.

Especialmente essencial ao conhecimento do objecto é a sua forma. A imagem dele na retina é extremamente diversa, muda com cada deslocação angular do olhar e do objecto. O resultado destas diferentes impressões é, no entanto, uma forma única e estável. A memória, segundo K. Buehler, explicaria a sua constância. Koffka contesta isso. A percepção de uma forma não é um simples somatório de impressões, à maneira das imagens compostas de Galton: é imediata. Cada imagem do objecto é um sistema determinado de relações entre o conjunto e os seus elementos, produzido como tal e não como o resultado de sucessivos retoques. Mas entre as diversas imagens estabelece-se uma concorrência. A imagem predominante é a que possui uma estrutura óptica mais simples. E é deste modo que prevalece o aspecto ortoscópico.

Será, no entanto, legítimo isolar as impressões visuais de todas aquelas que estão igualmente em relação com a forma dos objectos? Não mostram, pelo contrário, as observações de Koehler sobre os chimpanzés que, na estrutura dos seus comportamentos em presença da presa desejada, intervém a totalidade da situação, quer dizer, a par dos pontos de referência ópticos, a intuição que o animal tem dos movimentos de que é capaz, assim como a dos seus limites e dos instrumentos que os devem suprir?

Do objecto como tal resulta também uma situação que implica toda uma série de condutas indiscerníveis da sua imagem visual. A selecção de que esta seria o resultado pressupõe como selector

o conjunto das necessidades e meios que estão ligados ao objecto e se confundem com a sua utilização e manipulação, quer dizer, com funções e significados em que entram especialmente factores tácteis e motores. Mas não se trata, indubitavelmente, de um aglomerado entre impressões distintas. A percepção é de facto imediata, simples e primitiva, mas é-o no instante em que se produz. As elaborações anteriores podem ser integradas na sua estrutura presente sem lhe comprometer a unidade. Ela é assim a resultante, em proporção variável conforme os casos, da maturação funcional e da experiência.

Se a imagem ortoscópica das coisas, simples aspecto numa infinidade doutros, é considerada a imagem verdadeira, isso não se deverá à deficiente manipulação desses aspectos, que ignora as leis, as ilusões da perspectiva? Se a percepção é relativa ao objecto, se não é um fenómeno simplesmente sensorial e mesmo unissensorial, a unidade da sua estrutura não exige que haja concordância entre os seus factores visuais e os outros? Mas a maior simplicidade óptica dos aspectos ortoscópicos é em si mesma uma noção muito relativa. Parece que não se impõe aos chimpanzés que não sabem colocar uma em cima da outra as duas caixas que lhes devem servir de trampolim. Ela implica a intuição da vertical, a que é talvez apenas correlativa da horizontal, e da esquadria. Não tem a criança que as aprender? Não parece que as encontre como um dado bruto das coisas; cada uma das suas mais pequenas deslocações modifica a orientação das suas partes. Não há, pois, uma direcção mais frequente, privilegiada ou tipo. Pelo contrário, o equilíbrio é um problema que surge num certo período do seu desenvolvimento: o equilíbrio das coisas, mas também o seu próprio equilíbrio. Dedica-se então com igual paixão a empilhar verticalmente objectos de maneira a que não caiam, e a tentar experiências mais ou menos acrobáticas, que a põem em risco de cair. Talvez a noção da vertical como eixo estável das coisas esteja em relação com o período em que o homem se põe direito, cuja aprendizagem lhe custa tantos esforços. Na estrutura ortostática que regula não só a sua percepção mas também a sua edificação, integrar-se-ia, em última análise, o seu equilíbrio subjectivo, que é a condição última e indispensável da sua acção sobre elas ⁽¹⁶⁾.

⁽¹⁶⁾ Ver a 3.ª Parte, Cap. II.

A constância de grandeza vem, enfim, juntar-se às de forma e de cor para conservar a identidade a um objecto de percepção. O tamanho de um homem parece o mesmo a um metro e a quatro, apesar de a correspondente imagem na retina ser reduzida a um quarto. No entanto, a grande distância ele parece mais pequeno. Uma aldeia numa montanha dá inevitavelmente a impressão de um brinquedo. Aparentemente, a rectificação só se opera, pois, num certo sistema de pontos de referência que devem delimitar uma zona habitual e previsível da acção. Stern fala de associação entre impressões tácteis e visuais. Seria ainda necessário acrescentar-lhes as impressões motoras e locomotoras. A rectificação da grandeza segundo a distância tem um interesse de tal modo urgente no campo da acção imediata, que não pode ser um privilégio do homem. Como não podia deixar de ser, o macaco é disso capaz, e sem dúvida muitos outros animais: Koehler habitua um chimpanzé a comer numa caixa maior que outra situada no mesmo plano, e depois coloca-a mais para trás, de tal modo que a sua grandeza na retina se torna mais pequena: o macaco não se equivoca.

No entanto, não é exactamente o mesmo problema estabelecer uma correlação prática entre duas variáveis, tais como a distância, a dimensão, o volume ou o peso, e formar uma imagem em que esta relação seja formulada de maneira estável e objectiva. Koffka calcula que não é antes dos 7 anos que é de facto obtida a invariabilidade da imagem, seja qual for a distância. Mais do que um efeito de aprendizagem, ele vê nisso um fenómeno de maturação. K. Buehler, pelo contrário, insiste na necessidade de exercício para tornar independentes uma da outra a grandeza da retina e a grandeza aparente dos objectos. Como prova da dificuldade de combinar as suas diferentes grandezas de retina do mesmo objecto, ele lembra o gosto que a criança tem pelos gigantes e anões das histórias: este seria um modo de exercício-jogo para aplicação aos seres da sua verdadeira dimensão, partindo dos extremos. Mas, evidentemente, ele confunde assim duas realidades de nível diferente, a imagem da retina e a imagem mental.

A imagem da retina não tem existência psicológica própria e a imagem mental não é o seu simples decalque. O falso problema da

imagem invertida da retina, que mentalmente seria vista direita, não se repete nas dimensões sucessivamente diferentes do mesmo objecto na retina. Cada uma delas, como tal, não é um objecto de percepção. É a apreender aquilo que é, e não simples impressões subjectivas, e ainda menos um processo puramente fisiológico para que tende a percepção. Assim como ela se antecipa muitas vezes a certas impressões, ainda inaparentes mas essenciais, também realiza impressões integradas, da mesma espécie mas mutáveis. A criança começou muito cedo a ver os objectos aproximarem-se e afastarem-se dela: à medida que o seu olhar se ia tornando capaz de se acomodar à deslocação, o objecto começava a ser para ela o mesmo objecto e, fosse qual fosse a súbita variabilidade das suas dimensões na retina, ele conservava um único e mesmo tamanho. Mas em relação a quê o media ela?

A sua escala não parece coincidir com a do adulto. É um facto banal que, ao encontrarmos de repente os objectos ou os locais da nossa infância, nos admiramos da sua pequenez. A criança dá portanto maiores dimensões às coisas; isso não está evidentemente em relação com as suas imagens da retina, sensivelmente as mesmas que as do adulto, mas com o campo total da sua actividade: com a envergadura dos seus movimentos e a desproporção em relação a eles dos objectos feitos para uso do adulto, com a influência que daí resulta para a imagem dinâmica e corporal que ela tem de si mesma. Este é o padrão subjectivo e prático que ela aplica às coisas. A diversidade objectiva de tamanho entre as diferentes imagens da mesma coisa não a perturba de maneira nenhuma. Reconhece muito precocemente as pessoas nas fotografias. O que lhe interessa é a realidade, sob todos os seus aspectos. Mas do padrão, ainda não sabe tirar a escala completa, porque seria preciso fazê-lo passar para o plano das categorias, ou seja, extrair dele uma ordem independente de cada realidade particular e sobretudo da realidade subjectiva que lhe serve de origem.

A criança não cessa pois de se comparar pessoalmente com cada coisa. Interessa-se pelo muito grande, e mais ainda pelo muito pequeno, que pode dominar e sobre o qual pode exercer o seu poder. Faz girar durante muito tempo entre os deditos as migalhas e partículas

e desmembra os insectos que consegue agarrar. As dimensões das coisas começam por se dispor separadamente à sua volta, não sem que a pouco e pouco as vá tentando aproximar. O gosto que sente pelos gigantes e pelos anões resulta ainda essencialmente da relação que estabelece com eles; juntos, formam uma espécie de estrutura por contraste. E contudo a oposição que estabelece (*O Polegarzinho e o Ogre*) inicia já uma série cujos vazios procurará preencher. No dia em que as realidades actuais, as intuições concretas, não forem já necessárias a todo o momento para as preencher e pensar, a dimensão, de simples estrutura, terá passado a categoria.

A passagem de uma à outra, ou melhor, as suas alternâncias e combinações, são evidentes na aprendizagem e no uso da numeração. Os seus princípios, dos três aos cinco anos, são extremamente lentos. Vão surgindo vários esboços, primeiro sem nenhuma relação. A criança parece querer enumerar os objectos que tem na sua frente, repetindo para cada um sucessivamente uma palavra como *inda* (ainda), a que contrapõe uma palavra como *emboa* (embora), para aqueles de que verifica a ausência. Parece agir, portanto, segundo o princípio da adição e da subtracção. Não lhe faltarão só os nomes necessários para registar a progressão dos resultados? Mas o facto é que utiliza durante muito tempo de qualquer maneira os nomes dos números que aprende a enunciar. O emprego correcto de «dois» e depois de «três» precede de longe os seguintes. Quando mais tarde souber recitar a sua sequência regular aplicando-a a uma série de objectos, o último termo enunciado só valerá para o objecto correspondente e não para a soma inteira: ignora a passagem do número ordinal ao cardinal. Enfim, o número que designa uma soma aplicar-se-á apenas a ela e não a uma soma semelhante de objectos semelhantes. A criança sabe que tem cinco dedos e conta-os, mas ignora quantos tem a mão do avô. Assim, o número é ainda uma qualidade essencialmente ligada a um objecto ou a um grupo de objectos: é a fase precategorial do número; e os termos que o designam são durante muito tempo utilizados ao acaso, porque, como é evidente, eles não são fixados por nenhuma intuição correspondente de grupo, sendo os únicos grupos que são reconhecidos muito antes dos outros aqueles que têm uma estrutura mais elementar: dois, e depois três.

Com efeito, as tentativas de enumeração não fazem, a princípio, mais do que seguir a percepção intuitiva e global das quantidades. Binet foi o primeiro a ter a ideia de pesquisar em que quantidade máxima de objectos e em que desigualdade mínima é a criança capaz de reconhecer, nas suas diferentes idades, qual dos dois montões é o maior ou o mais pequeno. Decroly levou a cabo experiências análogas, mas pedindo à criança para tornar semelhantes dois grupos que tinham uma diferença de uma ou duas unidades. O único processo que ela utiliza durante muito tempo é retirar ao grupo maior sem nunca acrescentar ao mais pequeno; não que este gesto seja menos fácil que o outro, mas sem dúvida porque, antes dele se tornar familiar e de se executar por si mesmo, exige a intuição de alguma coisa que não foi ainda realizada, enquanto o outro é a simples diminuição, tão habitual na criança, de uma coisa dada. Assim, as intuições concretas e particulares são a primeira condição indispensável das operações mais simples. E a experiência demonstrou que convinha treinar a criança para comparar, fraccionar, recompor quantidades reais, fazendo-a adquirir uma intuição directa dos grupos e estruturas sucessivamente obtidos, a fim de melhor poder apreender o significado e o uso dos números. Só depois os saberá utilizar bem, de maneira de certo modo indefinida e abstracta: de uma maneira categorial.

*

A identificação dos objectos e a sua classificação segundo as diferentes rubricas qualitativas, incluindo a da quantidade, não são as únicas exigências do conhecimento. Encerrar em unidades ou definições estáticas o conteúdo da experiência é, sem dúvida, uma necessidade no plano da representação. Mas o contacto real com as coisas e a necessidade de actuar sobre elas, ou simplesmente de actuar, obriga a sair desse círculo. Não é exacto dizer que a criança se mantém num perpétuo presente. É antes o «agora» que a monopoliza, quer dizer, uma gradual tomada de posse dos instantes que medem a sua percepção e a sua acção. Ela possui o sentimento simultâneo do actual e do transitório. Mas o transitório deverá igualmente passar para o plano da representação, ou seja,

receber uma fórmula estabilizada que tenha em conta a mudança e o porvir, que dê um equilíbrio ao movimento: é esta necessidade subjectiva e esta necessidade da acção objectiva que responde a noção de causalidade. A criança só gradualmente a consegue atingir.

As primeiras ligações entre conteúdos mentais da criança são do tipo *transducção*, seguindo a expressão de Stern. Não se trata de simples sucessão, é passagem. O laço consiste no sentimento subjectivo de pensar ou de imaginar isto depois daquilo. É um novo caso da confusão sincrética entre o sujeito e o objecto. A consciência de si que acompanha a actividade introduz, entre os momentos imediatamente contíguos, uma espécie de pertença mútua. Não estando ainda feita a distinção entre o próprio acto e as coisas, estas são, embora objectivamente diferentes, como que assimiladas entre si.

A seu respeito, a transducção tende a traduzir-se por metamorfismo. Tal como nos contos, a mesma coisa pode ser sucessivamente várias outras, continuando, no entanto, a ser a mesma. Isto é, sem dúvida, algo maravilhoso para as crianças, mas que exige uma certa credulidade, cuja fonte é a obrigação que sentem de confundir mudança com transformação. A conciliação do mesmo e do diferente toma necessariamente uma forma radical, quando o objecto e as suas qualidades formam um conjunto indissociável e singular, em que cada cambiante não é o simples grau de uma escala qualitativa, mas parece ser um dado de facto da coisa da qual faz parte como uma realidade substancial. Enquanto for impossível a análise categorial do objecto, ele só pode opor-se a todos os outros. Julgá-los modificáveis é mais ou menos a mesma coisa que julgá-los transmutáveis de um para outro.

Para o imaginar, a criança encontra menos obstáculos, dado que no próprio exercício do seu pensamento existe, ao mesmo tempo, mais descontinuidade e mais repetições⁽¹⁷⁾. As falhas da

(17) Ver a 3.ª Parte, Cap. V.

acomodação mental obrigam-na a recuperar o objecto, cuja realidade é assim, de certo modo, intermitente. No intervalo, reflexos de curiosidade e diversões afectivas podem ter alterado o campo conceptual, e o objecto já não encontrará nele as mesmas condições de estrutura que antes, de tal modo que pode ser alternadamente considerado como o mesmo ou como outro. Aos regressos do objecto somam-se, enfim, regressos de actos já ultrapassados mas que sobrevivem no aparelho psicomotor ou mental e que combinam as respostas requeridas pelo novo objecto com a resposta a objectos anteriores. Esta assimilação subjectiva, sobrepondo-se a mudanças bruscas, pode explicar as ilusões a que a criança tem de fazer face e soluções extremas que tem de aceitar no problema do próprio e do outro.

O seu espírito está longe de estar inactivo neste entrelaçado dos seus pensamentos. Piaget deu um belo exemplo de transdução nas suas experiências com provérbios e frases em número igual que a criança tinha de agrupar dois a dois segundo a semelhança de sentido. Verificou que a criança juntava qualquer provérbio a qualquer frase, e não se sentia nada embaraçada para justificar a aproximação mais incoerente. Passando de um para o outro, o seu pensamento descobre ou forja analogias que seriam impossíveis sem o eclipse intermitente, alternante ou parcial dos dois objectos comparados e sem a assimilação mútua das suas partes, através de esquemas intelectuais que são mais de origem subjectiva que suscitados pelos traços da realidade proposta. As operações do pensamento substituem mais ou menos o seu objecto.

O pensamento da criança poderia ser considerado como do tipo narrativo, mas com sérias reservas. Ela conta mais do que explica. Não conhece outras relações entre as coisas ou os acontecimentos para além da sua sucessão na imagem que deles faz ou no relato que deles dá. As suas palavras de ligação preferidas são «e depois», «às vezes» (donde certamente saiu o «era uma vez» das histórias), «quando», «então». Mas as circunstâncias só se unem umas às outras segundo a ocasião fortuita, o desejo ou a inspiração do momento, os esquemas habituais ou recentes. O seu resultado

não forma uma verdadeira unidade de realidade ou de sentido. Falta-lhe aquela proporção entre as partes que confere aos relatos e às obras, mesmo às mais carregadas de imprevisto, uma forma mais impressionante ou mais convincente: entre o acontecimento em que decorrem e as premissas de toda a espécie que o provocam, é necessário como que uma equivalência, mesmo inesperada e surpreendente. Esta equação para que tende todo o esforço para compreender as coisas ou para as explicar, é das mais difíceis para a criança, e é especialmente por isso que ela maneja de forma tão imperfeita a noção de causalidade.

A causalidade é, contudo, imanente a todos os seus desejos, a todas as suas acções; guia todas as suas experiências; enquadra todas as situações em que ela se movimenta. Exprime-se na sua vontade de poder; impõe-se-lhe em todos os obstáculos que encontra. Mas começa por ser tão particular a cada caso, de tal modo difusa entre todos os termos do acto — o sujeito, o seu objectivo, os seus meios — que é impossível individualizá-la. Localizando-a para lá do actual, distinguindo-a dos seus efeitos, prolongando-a para lá do actual. Ela não pode dar-se a conhecer, a menos que se verifique uma primeira dissociação entre o eu e o que se lhe opõe como estranho: o outro e o exterior. As questões de causalidade: «porquê?», só surgem várias semanas depois das questões de local e de simpatia, que são quase simultâneas. E são quase contemporâneas das questões de tempo. Com efeito, a distinção local entre ela e outrem é indispensável para que a participação se possa transformar em simples simpatia. E sem que haja uma ultrapassagem do momento presente, não há anterioridade nem sobrevivência imagináveis da causa aos seus efeitos.

A primeira causalidade que se desenha na criança está nas suas relações com outrem. A princípio, não obtém nada a não ser pela intervenção daqueles que a rodeiam, fonte de acções tão diversas que delas só resultam simples hábitos sem surpresa; mas também uma expectativa vigilante e pronta para qualquer novidade. Parecia que o animismo, por onde começa a criança, se explicaria pela anterioridade desta causalidade humana sobre todas as outras, cujos traços transferiria para todas as outras causas

reconhecidas. Mas ela não a poderia captar antes de ser capaz de se perceber a si própria como distinta das existências que a rodeiam e como existindo para além de todas as suas impressões momentâneas. Esta causalidade é complementar do sentimento que a criança tem de si própria como sujeito. Este desdobramento começará por se produzir no seu contacto com as coisas inanimadas. A primeira fórmula da causalidade é um duo no qual a acção e a impressão, de início confundidas, se polarizam. Mas as relações entre os dois pólos são a princípio incertas ou ambivalentes. A criança que acaba de esbarrar no pé de uma mesa, bate-lhe com rancor como se fosse o pé da mesa que tivesse esbarrado com ela.

Em vez de levar a cabo uma enumeração mais ou menos completa dos tipos de causalidade observáveis na criança, vale mais, sem dúvida alguma, ver de que princípios eles procedem. Ela responde a uma dupla necessidade, a da acção útil ou necessária, e a de ligar o idêntico ao variável. No ponto de partida, encontra-se, de um lado, o sincretismo, em que o subjectivo, na sua forma activa e passiva, se mistura com o objectivo; do outro, a transdução e o seu corolário: o metamorfismo. Trata-se de daí extrair a imanência da causa ao efeito e o transitivismo que explica a passagem de um para o outro. As soluções dadas a este problema dependerão de um material de analogias que a criança retira da sua experiência habitual, mas sobretudo das dissociações que será capaz de operar nos dados brutos da experiência, para reconduzir cada factor da realidade à série de que faz parte e para constituir assim séries específicas de causas e efeitos. O progresso da causalidade na criança está, assim, ligado ao desenvolvimento da função categorial.

As formas mais primitivas da causalidade serão aquelas em que são mínimas as distinções categoriais: o *voluntarismo*, em que os desejos do sujeito parecem pretender invadir o domínio do real a ponto de se lhe substituir; aquilo a que se chamou o *magismo*, em que os meios de exprimir a realidade se confundem ainda com ela e parecem, pelas suas modificações, poder modificá-la; a simples *afirmação de identidade* que faz do objecto a sua própria

causa: «a Lua existe porque é a Lua», ou que explica a sua existência pela de objectos semelhantes actuais ou passados; o *finalismo* que, na maior parte dos casos, é mais uma afirmação de identidade ou de conveniência recíproca do que a verdadeira expressão de uma relação de fins e meios ou de intenções. Em oposição a estas, o *metamorfismo*, ou aceitação das sucessões mais heterogêneas como podendo ser os aspectos de uma só e mesma coisa.

A um nível mais elevado, encontram-se os casos em que a parte é invocada como a causa do todo, a qualidade como a do objecto, uma circunstância muitas vezes fortuita como a de uma dada existência, uma coisa como a de uma outra coisa, mas com uma motivação mais ou menos precisa: «a Lua são os fumos quando está frio» (Piaget). Surge então o artificialismo, que é a simples aplicação dos processos empregues pelo homem para a explicação dos factos naturais, mas que exige um poder mais ou menos desenvolvido de discernimento entre os meios e o resultado. Por fim, a criança chega a exprimir a causalidade mecânica, que já maneja na prática, mas que não se pode intelectualmente conceber sem uma despersonalização completa do conhecimento e sem o poder de distinguir os objectos, de analisar as suas estruturas e as suas relações. Um progresso ulterior levá-la-á à noção de lei; mas esta é uma tarefa da adolescência: o facto absorve-se então na fórmula como no poder capaz de o fazer reproduzir-se, ou de o verificar, um número indefinido de vezes.